

3

Combater o Analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro

O Brasil, na expressão feliz de um de nossos mais ilustres escritores, realiza a anomalia surpreendente de ser um país novo povoado de ruínas. É que nos faltam, por completo, qualidades de perseverança, espírito de continuidade. Daí a desorganização em que vivemos. Iniciamos, com ímpeto e uma grande energia aparente, empreendimentos, que são, logo depois, inexplicavelmente abandonados (...) Não queremos desanimar os fundadores da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Queremos exatamente incitá-los a dar, paralelamente ao do analfabetismo o combate a esse desânimo e a essa indiferença, dentro dos quais as mais belas iniciativas se perdem.

Essa campanha é, sem dúvida, a mais urgente e importante de quantas temos a empreender no Brasil.¹

¹ Trecho retirado de “Liga Contra o Analfabetismo”. **O Paiz**, 08/09/1915, p.2. Não consta autoria.

Em abril de 1915, um grupo de intelectuais identifica o analfabetismo como uma das nossas maiores calamidades, apontando ainda que nada ou muito pouco havia sido feito até aquele momento para conter esse terrível mal². Visando fazer algo de prático e proveitoso no combate ao analfabetismo, tais homens de letras fundariam uma associação que passariam a se reunir semanalmente. A fundação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo³ seria comunicada à imprensa através da seguinte carta remetida por Raimundo Pinto Seidl:

Sr. Redator de A NOITE – Saudações muito cordiais – Pretendem algumas pessoas, impulsionadas pelo seu amor ao Brasil, fundar nesta capital uma associação, com ramificações em todo o país, afim de atuar junto aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, e junto à população, para que se possa comemorar o centenário da Independência, declarando livre do analfabetismo, “pelo menos”, as cidades e vilas brasileiras [...] O êxito desta tentativa depende principalmente do apoio que lhe prestar a imprensa do país, pois sem esse apoio não será possível obter-se o concurso do povo brasileiro, condição indispensável para a realização da idéia.⁴

A carta comunicava ainda sobre uma reunião de instalação da Liga que ocorreria no dia 21 de abril no Clube Militar. Logo após a reunião de instalação, o Secretário Geral da LBCA, Major Raimundo Seidl, daria entrevista ao jornal “A Noite”. O Jornal havia procurado o Major para conhecer e transmitir ao público a forma como pretendia a Liga Contra o Analfabetismo dar início à “santa cruzada”⁵. O Secretário Geral reafirmaria os fins da associação, dando alguns esclarecimentos sobre as ações a serem empreendidas.

[A NOITE] Como procederá a Liga para a realização desse “*desideratum*”?

[SEIDL] De dois modos: Primeiro convencendo o povo das grandes e inestimáveis vantagens que resultarão da extinção do analfabetismo para todo o país; segundo conseguindo dos poderes públicos leis que

² “Uma cruzada Santa. O melhor meio de comemarmos o Centenário da Independência”. **A Noite**, 22/04/1915, p.1.

³ A partir daqui, quando nos referirmos à Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, utilizaremos a sigla LBCA.

⁴ “A comemoração do Centenário da Independência. A fundação de uma associação com ramificações em todo país”. **A Noite**, 19/04/1915, p.2.

⁵ “Uma cruzada Santa. O melhor meio de comemarmos o Centenário da Independência”. **A Noite**, 22/04/1915, p.1.

recompensem as cidades e vilas que mais se libertarem desse mal. Quer para um, quer para outro ponto, esperamos o valioso concurso da imprensa.

[A NOITE] E quais são as medidas governamentais pedidas pela LCA?

[SEIDL] Primeiro que se declare que de 13 de maio de 1917 em diante não serão admitidos a exercer funções públicas, civis ou militares de espécie alguma, indivíduos analfabetos; sendo demitidos nesta data os que não souberem ler e escrever. Segundo, que da referida data em diante, se paga uma taxa adicional pelos estabelecimentos fabris e comerciais, de qualquer natureza, onde existam empregados analfabetos; terceiro, que se crie a partir dessa data um imposto para os analfabetos maiores de sete anos. Para estimular a difusão do ensino, procuramos obter leis que recompensem as sociedades propagadoras da instrução, os estabelecimentos particulares que mantenham escolas gratuitas, as pessoas que exerçam graciosamente o magistério primário e a cidades e vilas que, por ocasião do Centenário, estejam libertas do analfabetismo. Procuraremos também concorrer para que os detentos e sentenciados recebam instrução primária nas próprias prisões.

[A NOITE] E esperam sair vencedores nessa campanha?

[SEIDL] A vitória dependerá sobretudo do apoio que o povo e a imprensa prestarem à grande causa. A atitude dos poderes públicos resultará necessariamente da ação dessas duas forças.⁶

Logo no dia seguinte após a publicação desta entrevista, Raimundo Seidl pediria ao jornal algumas correções da mesma para evitar possíveis equívocos. Seidl queria deixar claro que as idéias colocadas na entrevista eram opiniões suas, podendo ser acatadas ou não pela LBCA; e que para aderir a esta não era necessário adotar tais idéias. Certamente, a entrevista publicada no dia 22 de abril provocara algumas reações da opinião pública, uma vez que o Major Seidl, pede a retificação de alguns pontos. No que concerne ao “imposto sobre analfabetos”, mencionado na entrevista, Seidl afirma que a intenção era que se criasse uma taxa de entrada para os analfabetos maiores de 7 anos que, a partir da data referida na entrevista, quisessem se estabelecer no país. O desejo era que se impedisse ou pelo menos muito se dificulte a “importação” de analfabetos.

Entretanto, a entrevista dada pelo Secretário Geral da LBCA já evidenciava os traços principais da campanha que se iniciava naquele momento. Tais traços referem-se, sobretudo, à necessidade de se convencer o povo da

⁶ **Ibid.**

urgência em se extinguir o analfabetismo no Brasil, visando o engajamento da sociedade em favor da campanha e à busca pelo apoio dos poderes públicos na aprovação de leis que auxiliassem na obtenção dos fins da Liga. Um terceiro aspecto ressaltado por Seidl refere-se ao valioso auxílio da imprensa apontada como veículo fundamental para que a campanha alcançasse êxitos junto ao povo e aos poderes públicos.

Para o Secretário Geral da Liga, nem os governos monárquicos, nem os governos oligárquicos haviam dado ao problema da instrução pública a devida atenção. Nas suas palavras:

Digo governos oligárquicos porque ninguém, falando sinceramente, poderá dizer que vivemos sob um regime republicano, o qual não se estabelecerá no Brasil, enquanto a maioria do povo brasileiro estiver sob as patas aviltantes do analfabetismo.⁷

As idéias contidas na colocação de Seidl muito se aproximam das idéias presentes na década de 1920 e sintetizadas na obra organizada por Vicente Licínio Cardoso, *À margem da História da República*, já analisada anteriormente. Na visão apresentada, analfabetismo e república se contradizem. A república só seria uma realidade no Brasil quando o povo fosse senhor de sua opinião, livre do analfabetismo.

A finalidade da LBCA era combater o analfabetismo no Brasil e se esforçar para que, ao comemorar o primeiro Centenário de sua independência política, a nação brasileira pudesse proclamar livres do analfabetismo as suas cidades e vilas. Defendendo o lema: “Combater o analfabetismo é dever de honra de todos os brasileiros” a associação realizaria sua sessão inaugural no salão nobre do Clube Militar⁸ no dia 07 de setembro de 1915, promovendo, a partir daí, sessões semanais tendo como sede o Liceu de Artes e Ofícios.

As datas simbólicas escolhidas para a fundação e para a realização da sessão inaugural da LBCA representam aspecto importante a ser destacado. Os

⁷ “Uma cruzada santa! A luta contra o analfabetismo”. *A Noite*, 23/04/1915, p.2.

⁸ “O Pão do espírito. Inaugurada hoje a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”, *A Noite*, 07/09/1915, p.3. A notícia da inauguração da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo seria publicada ainda nos jornais *O Paiz* (“Liga Contra o Analfabetismo”. *O Paiz*, 08/09/1915, p.2) e *Gazeta de Notícias* (“A inauguração da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *Gazeta de Notícias*, 08/09/1915, p.4.

dias 21 de abril (comemoração dos precursores da independência brasileira, com relevo para a figura de Tiradentes), 7 de setembro (Independência do Brasil) e o 13 de maio (fraternidade dos brasileiros), estavam entre as festas nacionais que a República “mandou guardar”⁹, reforçando a idéia de que o republicanismo teve sua origem no passado da pátria e construindo memórias coletivas que definiam os heróis que não deveriam ser esquecidos. O 13 de maio, sobretudo, servirá como data símbolo para diversas ações da Liga que a exemplo da libertação dos escravos em 1888, buscava libertar os brasileiros do analfabetismo.

À sessão inaugural, que contou com a presença de alunos da Escola José Bonifácio entoando o Hino Nacional e o da Independência, fizeram-se representar o Presidente da República e o ministro do exterior. Dentre os membros de sua diretoria, que seria aclamada naquela data, e entre os sócios fundadores, encontramos médicos, advogados, homens de letras e inúmeros militares.

A primeira diretoria da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo que atuou entre os anos de 1915-1922 seria composta pelos seguintes nomes: Presidente: Dr. Antonio Ennes de Souza; 1º Vice-Presidente: Vicente Neiva; 2º Vice-Presidente: Professora educadora Maria do Nascimento Reis Santos; 3º Vice-Presidente: Dr. Homero Batista; Secretário Geral: Major Raimundo Pinto Seidl; 1º Secretário: Edgard Ribas Carneiro; 2º Secretário: Francisco Pinto Seidl; Tesoureiro: Dr. Julio da Fontoura Guedes.¹⁰ Fichas de declaração de adesão seriam enviadas aos

⁹ Ver Lúcia Lippi de Oliveira, “As festas que a República manda guardar” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989, v. 2, pp. 172-189.

¹⁰ **Ibid.** Conselho Deliberativo: Irineu Marinho, Irene de Avellar Penteadó, Leonidia Ferraz Teixeira, Dr. Álvaro Baptista, Dr. Carlos Pinto Seidl, Marcelino Penteadó, Tenente Antonio Freire de Vasconcelos, Prof. José Antônio Gonçalves, Capitão de Corveta Raul Elysio Daltro, Prof. José Ferreira da Rosa, Lindolfo de Azevedo, Dr. Oscar Thrompowsk Leitão de Almeida, Dr. José Honório Menelick. Sócios Fundadores: Tenente da Marinha José Valentim Dunham Filho, Manoel Pedro da Cunha, Edgard Bretas, Perseverando da Silva Oliveira, M. Jacy Monteiro, Francisco Pinto, José Ribeiro Gomes, Dr. Aurélio Domingues, Dr. Nicanor Queiroz do Nascimento, Alfredo Carlos de Mello, Augusto Santos, Luiz Eusébio de Mello Castello Branco, Dr. Carlos dos Santos Imbassahy, Prof. Maria da Conceição Reis da Silva, Tenente da Marinha Octavio Sanctos, Carlos da Rocha, Luiz Palmier, Dr. Affonso José dos Santos, Prof. Jardilina Carolina Rodrigues, Roberto Pinto Seidl, Pedro Leite Bastos, Virgílio Ramos da Silva, Tenente da Marinha Agenor Sanctos, Pedro Sérgio da Cunha, Laura de Oliveira Sanctos, Erik Jacobson, Capitão Manoel Alves da Rocha Pinto, Álvaro Castilho, Dr. Francisco Lopes de Oliveira Araújo, Dr. Fábio Lopes dos Santos Luz, Raul Pinto de Mendonça, Coronel Dr. José Maria Moreira Guimarães, Francisco Vaz, H. Z. Tucker, Dr. Nuno Pinheiro de Andrade, Dr. Taciano Accioly Monteiro, Coronel José Francisco Firmino, Dr. Francisco Bittencourt da Silva Filho, Coronel Tasso Fragoso, Luiz Gabriel da Silva Mello, Corinto da Fonseca, Prof. Alberto Moreira Alves, Poeta Olavo Bilac, J. W. Leopard, Dr. Asterio Jobin, Tenente da Polícia Militar Dr. Albino Monteiro, Dr. Leôncio Corrêa, Esther Sanctos, Paulo Viriato da Fonseca Galvão, Maria Emília da Rocha Sanctos, Judith Sanctos, Corina Berlinck da Silva, Prf. Leonor Bastos Brandão, Capitão de Mar e Guerra Dr. Henrique

associados cujas contribuições não poderiam ser menores que 500 réis, aceitando-se ainda qualquer outra oferta de artigos escolares ou serviços didáticos. Solicitar-se-ia também apoio da corporação legislativa na aprovação de projetos que contemplassem os propósitos do movimento então fundado. Aos redatores dos jornais, pedia-se um espaço (diária ou semanalmente) para a propaganda do lema de combate ao analfabetismo.

De acordo com os Estatutos¹¹ da Liga, o mandato da Diretoria e do Conselho Consultivo seria de 7 anos, devendo a eleição ser realizada na Assembléia Geral Ordinária de agosto do último mandato. A diretoria e o Conselho Consultivo reunir-se-iam em sessões conjuntas, semanalmente, e em hora e dia previamente combinados.

Competia ao Presidente da associação:

- A) Representar a Liga em juízo ou fora dele;
- B) Instalar e presidir as Assembléias Gerais Extraordinárias e as Sessões da Diretoria e Conselho Consultivo;
- C) Nomear as comissões que tenham de atuar junto aos poderes públicos e junto à População, podendo convidar para isso Sócios pertencentes ou não à Diretoria e ao Conselho.
- D) Nomear delegados da Liga para as localidades onde não existam associações congêneres.

Ao Conselho Consultivo caberia colaborar com a Diretoria na propaganda contra o analfabetismo, sugerindo planos, medidas, projetos e processos para atingir o ideal da Liga. Ficava a cargo do Secretário Geral dirigir os trabalhos da Secretaria da Liga e a correspondência epistolar com as autoridades públicas ou com os particulares, assinando o que for determinado pelo Presidente; escolher dentre os sócios da Liga os que tenham de exercer as funções de 1º e 2º Secretários e substituir o Presidente na ausência dos Vice-Presidentes.

Ferreira Santos Reis, Odette Fernandes Fortuna, Nair Sanctos, Dr. Mario Sanctos, Tenente da Marinha Flávio Sanctos, Edith Caldas, Dr. Ricardo Joaquim da Cunha Júnior, Tenente Nelson Simas de Souza, Coronel Esperidião Rosas, General Joaquim Ignácio Baptista Cardoso, Tenente da Marinha Cícero Bernardino dos Santos. Ver também, “Uma cruzada Abençoada. A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo realizou uma importante sessão”, **A Noite**, 30/08/1915, p.3, que informa sobre a adesão de 150 pessoas da capital além de 18 pessoas que poderiam ensinar gratuitamente nas escolas a serem fundadas.

¹¹ **Liga Brasileira Contra o Analfabetismo**, 1941. Localização: II-291,4,15 (Biblioteca Nacional - Obras Gerais), pp.15-19.

Mas, quem eram estes médicos, estas senhoras, senhoritas, homens de letras e militares que compunham a LBCA? O que significava fazer parte de uma associação como esta?

3.1 Um dever de honra!

Não se trata de fibra humanitária, de fibra carinhosa de caridade que veste o esfarrapado, que alimenta ao faminto, que consola o desesperado, que sustenta o fraco com o simples intuito esmolar do corpo material, por que estes predicados são acessórios de uma vida curta e limitada.

Não se trata de um altruísmo produto íntimo, que pode ser de uma vaidade comum, mas sim d'aquela que emana do desinteresse pessoal, incompatível com as honras fofas e com bazófias; d'aquela que sintetiza a virtude cívica na sua mais alta acepção, no seu maior elemento, qual sentinela avançada do sistema republicano; qual alavanca eficiente dos maiores interesses da Pátria neste momento, como seja a formação intelectual de um povo da qual possa ressaltar uma opinião nacional, surgindo assim a verdadeira nacionalidade.¹²

O trecho, retirado de um discurso proferido pela professora Maria Nascimento Reis Santos em 07 de setembro de 1919, informa-nos sobre o que, para a autora, representava fazer parte da LBCA. Não se tratava de caridade, consolo ou vaidade, mas sim de desinteresse pessoal sintetizado por uma virtude cívica cujo foco principal deveria ser a “formação intelectual de um povo” que resultaria no surgimento da “verdadeira nacionalidade”. Os membros da Liga se investiam de uma verdadeira missão cívica que deveria culminar com a formação intelectual do povo. A ausência desta formação representava uma pedra no caminho rumo ao progresso; além disto, o analfabetismo impedia que o país fosse, de fato, uma República, uma vez que o povo não possuía opinião.

A campanha de combate ao analfabetismo via na educação a chave mágica que abria as portas do progresso e da civilização, tendo como alvo principal a formação de cidadãos. O descontentamento com a República fica evidente:

A República fez-se no meio da maior complexidade social, investindo contra todos os preconceitos imagináveis; não ousou, porém, investir contra o analfabetismo septuagenário e, assim proclamada, mas não totalmente consolidada, se prepara, em regozijo de nossa evolução

¹² **Ibid.**, pp. 25-29.

progressista, para solenizar, pomposamente, o Primeiro Centenário da emancipação política do Brasil [...] O Congresso Nacional legislou o sorteio militar, visando a face material como base preliminar das nossas instituições e deu de ombros à face intelectual, esquecendo que a treva do espírito, solapando o brio cívico, anula a consciência do cidadão podendo provocar a desordem e subversão [...] ¹³

O trecho de 1919 faz uma menção direta às ações que vinham sendo empreendidas no âmbito da defesa nacional com a lei do sorteio militar de 1916, bandeira defendida pela Liga de Defesa Nacional. Porém, em relação à instrução, base da formação de cidadãos e que deveria ser o primeiro elemento da Defesa Nacional, o que se verificava, de acordo com a professora Maria Santos era o “dar de ombros” por parte do Congresso Nacional.

O foco central das colocações feitas neste discurso refere-se à idéia de que, para a República se consolidar de fato no Brasil, a educação precisava ser entendida como condição essencial para a participação efetiva do povo, implicando, assim, todas as virtudes (cívicas e políticas) como o bem servir à pátria e o ideal de ordem e de obediência.

A Proximidade do Centenário da Independência era peça fundamental na formulação de estratégias e na ênfase sobre o problema do analfabetismo no Brasil:

Neste intuito, se preparam com grande antecedência os maiores mostruários de ordem e progresso.

Reunir-se-ão congressos artísticos, industriais, agrícolas, comerciais, literários e científicos.

A música, as flores, as luzes, os banquetes, as paradas militares de terra e mar, as corridas, as regatas, em suma, todos os jogos esportivos e, finalmente, os fogos de artifício (como se de artifício não vivesse um povo analfabeto) ocuparão espaços embandeirados para embriagar a massa popular na voragem das diversões [...]

O verdadeiro patriotismo nos ordena suprimir as deslumbrantes festas que devem assombrar o mundo, para ostentar a nossa pretensa grandeza, o nosso parco progresso, obtido em trinta anos de molde republicano analfabeto e por um absurdo político, isto é, de uma conseqüência incoerente, infiel e suspeito de uma diretriz exata, permanente, de uma orientação larga e eqüitativa, de um molde de sistema, em suma, que muito se aproxima de um conglomerado de oligarquias. ¹⁴

¹³ **Ibid.**

¹⁴ **Ibid.**

Para os envolvidos no combate ao analfabetismo, a comemoração de 1922, só fazia sentido se todos os esforços e dedicação dos brasileiros, em nome de um patriotismo genuíno, se consubstanciassem numa declaração de guerra ao analfabetismo. A festa do Centenário só teria brilho se o presidente da república pudesse anunciar a todos os presentes a seguinte nota diplomática:

Senhores Embaixadores dos países civilizados do globo terrestre: assegurai aos vossos governos que a República dos Estados Unidos do Brasil, o maior bloco territorial de uma Nação na América do sul, acaba de derrubar, de uma vez, a mais forte barreira anti-progressista de sua nacionalidade: O ANALFABETISMO!¹⁵

Apenas desta forma, teríamos o que comemorar realmente; se conseguíssemos preparar, dignificar e reabilitar nossa nação através da formação intelectual do nosso povo; desenvolvendo suas virtudes cívicas. Afinal, somente através da instrução popular o ideal republicano seria alcançado.

Visando melhor compreender quem eram os engajados na campanha da LBCA, achamos válido fazer uma breve biografia de alguns membros da sua primeira diretoria.

O Presidente da LBCA, Dr. Antonio Ennes de Souza, nasceu em São Luiz do Maranhão em 1848, doutorou-se em ciências físicas e naturais em Zürich, sendo membro da Sociedade Química de Berlim. Ennes de Souza teria participado da propaganda republicana, sendo ainda identificado como um abolicionista. Seu nome estaria ligado a personalidades como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio. Foi o primeiro presidente da Sociedade Nacional da Agricultura fundada no primeiro semestre de 1897. Foi ainda diretor da Casa da Moeda, publicou várias obras sobre mineralogia e geologia e foi organizador de uma biblioteca popular no Maranhão por volta de 1871. Ennes de Souza, que era professor de Engenharia de Minas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi deputado à Constituinte Federal de 1891.¹⁶

Já no Século XX, Ennes de Souza foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Ciências (fundada em 3 de maio de 1916, no salão nobre da Escola Politécnica do Rio de Janeiro), onde assumiria o posto de Vice-Presidente em

¹⁵ **Ibid.**

¹⁶ Ver “Ennes de Souza” In: **Grande Enciclopédia Delta Larrousse**. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A., 1978, Vol. 14, p.6412.

substituição à Oswaldo Gonçalves Cruz, falecido em 1917. A Sociedade Brasileira de Ciência era composta em sua maioria por médicos e engenheiros, dentre estes destacamos nomes como Henrique Charles Morize (Presidente), Joaquim Cândido Costa Senna (um dos vice-presidentes), João Alberto Constantino Löffgreen (Secretário Geral), Everardo Adolpho Backheuser (1º Secretário), Edgard Roquette-Pinto (2º Secretário), Alberto Betim Paes Leme (Tesoureiro), André Gustavo Paulo de Frontin, Manoel Bonfim, entre outros.¹⁷

Sobre o Primeiro Vice-Presidente, Dr. Vicente Neiva, sabemos que ele nasceu em Recife a 31 de Janeiro de 1864, formara-se na Faculdade de Direito em 1886, iniciando sua vida pública através da magistratura. Exerceu diversos cargos públicos, sendo membro da Assembléia Constituinte na Paraíba e Juiz de Órfãos e Chefe de Polícia na capital do Espírito Santo. Na capital federal, foi nomeado Delegado de Polícia em São Cristóvão e depois Delegado Auxiliar do Governo Prudente de Moraes (neste período, foi relator do atentado de 5 de Novembro de 1897 que resultou na morte do Marechal Bittencourt, então Ministro da Guerra). Ainda no Governo Prudente de Moraes, Vicente Neiva seria nomeado Auditor Geral de Marinha em 1898. Na presidência de Hermes da Fonseca, Neiva foi nomeado Ministro, interino, e depois, por decreto de 15 de Abril de 1914, Ministro Efetivo do Supremo Tribunal Militar, ficando no cargo durante quase 13 anos. Vicente Neiva foi um nome de destaque dentro da Maçonaria, foi membro da Loja “Amizade Fraternal”, onde recebeu a “luz maçônica” em março 1897 e da qual foi Venerável em 1903. Membro da Soberana Assembléia Geral, como representante da Benemérita Loja Estrella Caldense, em 1925, Vicente Neiva foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, após a renúncia do Grão Mestre Mário Behring, ocorrida em 13 de julho de 1925. Neiva faleceu em 18 de fevereiro de 1926.¹⁸

A professora Maria do Nascimento Reis Santos nasceu na cidade de Nova Laje, no estado da Bahia, fez seu primeiro curso na cidade de Jaguaribe, sendo diplomada em 1881 pela Escola Normal de Salvador. Exerceu o magistério em Desterro, atual Florianópolis e em 1884 veio para o Rio de Janeiro, obtendo em concurso uma cadeira no Município Neutro. Começou a trabalhar em Guaratiba,

¹⁷ Disponível em <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/acadbrci.htm>> Acesso em 09 de junho 2008.

¹⁸ Disponível em <<http://prumo.gob.org.br/Museu/hex22.aspx>>. Acesso em 09 de junho 2008.

Realengo, Engenho Novo e S. Cristóvão para depois inaugurar a Escola Modelo José Bonifácio. Nesta escola, deu expansão aos seus ideais ensinando centena de crianças e a grande número de professoras (Metodologia e Pedagogia) desde 1902 até 1917 quando se jubilou. Maria Santos fundou diversas Caixas Beneficentes Escolares e foi a idealizadora do lema da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo: “Combater o Analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”. Faleceu em 15 de março de 1930¹⁹.

Acerca do 3º Vice-Presidente Dr. Homero Batista sabemos que nasceu em São Borja (RS) em 1861, estudou direito em São Paulo, concluindo o curso na Faculdade de Recife. Homero Batista havia participado da campanha Republicana, sendo um dos representantes gaúchos à constituinte da República. Foi presidente do Banco do Brasil (1912) e dirigiu o Ministério da Fazenda (1919-1922) no governo Epitácio Pessoa.²⁰ Além disto, Homero Baptista foi um dos fundadores da Liga de Defesa Nacional (fundada em 07 de setembro de 1916), sendo membro do conselho fiscal da mesma.²¹

Conseguimos obter poucas informações sobre o Secretário Geral da LBCA Major Raimundo Pinto Seidl, sabemos apenas que foi um dos fundadores da Sociedade Teosófica em 1919 e que é autor do livro “*O Duque de Caxias: Esboço de Sua Gloriosa Vida*”, publicado em 1903.

Dentre os membros do Conselho Deliberativo, destacamos nomes como o do jornalista Irineu Marinho, nascido em Niterói em 1876 e que em 18 de julho de 1911 funda no Rio de Janeiro o vespertino “A Noite” e em 1925 o jornal “O Globo”²²; além do médico Dr. Carlos Pinto Seidl²³ que em 1912 assumiu a direção da Diretoria Geral da Saúde Pública e que pertenceu a diversas sociedades científicas estrangeiras e nacionais como a Sociétè d’Hygiène, de Paris, Associação Internacional contra a Tuberculose, a Academia Nacional de Medicina e a Sociedade de Medicina Legal do Rio de Janeiro, sendo o primeiro presidente organizador do Sindicato Médico Brasileiro, em 1928.

¹⁹ Ver “**Liga Brasileira Contra o Analfabetismo**”, 1941, **op.cit**, p.65.

²⁰ “Homero Batista” In: **Grande Enciclopédia Delta Larousse, op. cit**, Vol. 2, p. 801.

²¹ Disponível em <<http://www.ligadedefesanacional.org.br/actaprimeira.htm>>. Acesso em 09 de junho 2008.

²² Disponível em r <http://pt.wikipedia.org/wiki/Irineu_Marinho>. Acesso em 09 de junho 2008.

²³ “Carlos Pinto Seidl” In: **Grande Enciclopédia Delta Larousse, op. Cit**, Vol. 13, p. 6235.

Entre os sócios fundadores chama-nos a atenção a participação do poeta Olavo Bilac, membro também da Liga de Defesa Nacional, e do Dr. Luiz Palmier, um intelectual reverenciado pela memória coletiva de São Gonçalo por suas ações relacionadas à saúde, ao civismo, à cultura, à educação e à política, sendo membro atuante da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo. Além destes, destacamos a participação de diversas senhoras, alguns membros pertencentes à mesma família (como, por exemplo, as famílias Penteado e Seidl), médicos etc. Percebemos, assim, que a LBCA congregava indivíduos dos mais diversos grupos sociais, com destaque para a participação intensa de militares, sobretudo em razão da difusão da idéia de soldado-cidadão e a noção ampla de defesa nacional, conforme observamos no capítulo anterior, o que fazia com que muitos destes membros freqüentassem os diversos tipos de associações fundadas neste contexto. Este pertencimento marcaria uma reciprocidade entre tais instituições.

De acordo com os Estatutos, competiria aos sócios da Liga:

- A) Atuar em prol do objetivo da Liga, pelo pensamento, pela palavra e pela ação;
- B) Cumprir fielmente as disposições dos Estatutos, esforçando-se com toda a dedicação pela realização do patriótico objetivo visado pela Liga, lembrando-se sempre de que para quem ama verdadeiramente o Brasil, é um dever de honra, procurar por todos os meios e modos eliminar o analfabetismo do território nacional;
- C) A fim de atuar pelo exemplo, assumir o compromisso de influir pessoalmente a favor da Instrução de um Analfabeto no mínimo;
- D) Exercer, quando for designado pela Diretoria, a função de Delegado da Liga regendo no exercício dessas funções pelas instruções que serão organizadas pela Diretoria.

Os sócios que oferecessem seus serviços didáticos seriam aceitos para lecionar nas escolas particulares, fundadas ou não pela Liga. Além disto, os sócios poderiam e deveriam tomar iniciativa pessoal sobre qualquer medida útil à realização do ideal da Liga. O número de sócios era ilimitado, desde que fossem residentes no Brasil ou no estrangeiro quando brasileiros natos.

Como podemos perceber a sociedade como um todo, independente de classe ou sexo, era convocada a atuar junto à LBCA, cumprindo a missão de combater o analfabetismo não como um ato de caridade, apenas, mas como um dever de honra dos que queriam e deveriam ajudar a construir nossa nação.

3.2 A Atuação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo

3.2.1 Definindo estratégias de ação

Após a sessão de inauguração no dia 7 de setembro de 1915, a Diretoria e o Conselho Deliberativo da Liga Contra o Analfabetismo organizaria algumas comissões visando dar início aos trabalhos.²⁴ Tais comissões ficaram organizadas da seguinte forma:

Comissões Organizadas pela Liga Brasileira Contra o Analfabetismo	
Comissão para trabalhar junto ao poder legislativo federal	Dr. Álvaro Baptista Vicente Neiva, Tenente Coronel Moreira Guimarães Dr. Bittencourt da Silva Filho Capitão Tenente Raul Daltro
Comissão para atuar junto aos poderes municipais	Professora Maria dos Reis Santos Álvaro de Castilho Marcellino Penteado Corinto da Fonseca Franco Vaz
Comissão para atuar pela criação de escolas para analfabetos pelas associações religiosas, de auxílios mútuos, industriais, esportivas ou de qualquer outra natureza	Irene de Avellar Penteado Ennes de Souza Taciano Accioly Monteiro Asterio Jobim Francisco Lopes de Araújo Major Raimundo Seidl Capitão Manoel Alves da Rocha Pinto
Conselho Deliberativo	Olavo Bilac Corinto da Fonseca Professor Alberto Moreira Alves J. W. Shepard Dr. Astério Jobim

²⁴ “Uma campanha patriótica. Prosseguem vitoriosamente os trabalhos da Liga Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 15/10/1915, p.4.

	Professor Alberto Cardoso Deputado Federal José Augusto de Medeiros Dr. Alípio Doria
--	---

Podemos perceber que a idéia era atuar de forma simultânea junto aos poderes municipais, estaduais e federais e na busca pelo apoio da sociedade civil; sendo estas as estratégias fundamentais de atuação da Liga.

O desenrolar destas estratégias encaminha-nos para uma série de ações que visavam o combate ao analfabetismo, seja através da fundação de escolas ou pela propaganda contra aquele que era considerado o nosso maior mal, que se daria das mais variadas maneiras, acarretando também os mais diversos tipos de apoios e doações. Além disto, a organização de conferências e de festivais em benefício das causas da instituição também serviam como estratégia de atuação, conforme veremos a seguir.

Chama-nos a atenção, desde o ano de 1915, a ativa correspondência que a LBCA vinha mantendo com as Ligas Contra o Analfabetismo fundadas nos diversos estados brasileiros ou nas municipalidades, todas estas com ligação orgânica com a Liga Brasileira. O elo principal de ligação entre a LBCA e as demais instituições congêneres fundadas pelo Brasil ao longo do período que estudamos foi, sem dúvida, a estratégia de nomeação de delegados adotada pela Liga Brasileira. Foram muitos os delegados nomeados e enviados para as mais diversas localidades do país²⁵ com o intuito de fazer propaganda contra o analfabetismo e acompanhar o andamento da campanha pelo território nacional. Será através das notícias por estes trazidas que poderemos fazer uma análise do movimento de combate ao analfabetismo nos estados brasileiros. Mas esta análise será feita mais adiante. Aqui, vale apenas indicar que a estratégia de nomeação de delegados foi de fundamental importância para as ações empreendidas pela Liga em todo o país.

Em abril de 1915, algumas fichas solicitando adesões foram enviadas pela diretoria da LBCA, assim como algumas declarações de adesão²⁶. Aos membros do legislativo, remeteu-se documento em busca de apoio. No documento consta o

²⁵ Ver ANEXO II.

²⁶ Ver ANEXO III.

seguinte texto: “*Nas vésperas do centenário de sua independência política, o Brasil conta ainda 80% de analfabetos, ISTO É UMA TRISTE VERGONHA QUE NÃO PODE CONTINUAR*”.²⁷ Uma solicitação de apoio também foi enviada aos redatores dos jornais, pedia-se a publicação do lema da Liga “Combater o Analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”.

O apoio da imprensa foi sempre apontado pelos membros da Liga como essencial; afinal, não havia melhor estratégia de atuação senão a publicação das suas ações e do lema de combate ao analfabetismo defendido pela associação nos grandes jornais que circulavam no país. Ao que tudo indica, o apoio da imprensa foi considerável, para termos uma noção dos inúmeros periódicos da época que apoiaram à Liga, segue uma tabela com alguns destes:

ESTADOS	PERIÓDICOS
São Paulo	O Comércio de Jahú O Pinhalense (de Espírito Santo do Pinhal)
Rio de Janeiro (incluindo a capital)	O Cosmopolita (do subúrbio da cidade do Rio) Escola Primária Revista Carioca A Voz da Serra O Trabalho Jornal de Barra do Pirai Monitor
Bahia	Liga Mental Pró Paz Diário de Notícias Jacaracy
Pernambuco	Nova Cruzada
Espírito Santo	Alpha
Não identificado	O Imparcial, O Cidadão, Lumem, Theosofista, A Idea e Lumea

Todos estes jornais foram alvo de agradecimentos por parte da Liga por publicarem periodicamente seu lema de propaganda contra o analfabetismo.

²⁷ **Liga Brasileira Contra o Analfabetismo**, 1941. Localização: II-291,4,15 (Biblioteca Nacional - Obras Gerais), pp. 3-6.

3.2.2 Obtendo apoios na difusão do ensino primário

Já no ano de 1915, a sociedade demonstraria seu apoio à campanha de combate ao analfabetismo através dos inúmeros delegados da Liga que trabalhariam em todo o Brasil e das escolas gratuitas fundadas por igrejas, empresas e associações.

Em reunião do dia 15 de outubro de 1915, Nogueira Paranaguá²⁸ comunicou que a Igreja Batista, por exemplo, informava à Liga a resolução de fundar uma escola ao lado de cada templo, medida que já estaria dando bons resultados em outubro daquele primeiro ano de atuação. Muitas notícias de apoio chegam aos membros da Liga nesta reunião. No primeiro regimento de artilharia do Exército, instituiu-se um curso entre os grupos e baterias visando estimular os esforços contra o analfabetismo. Raul Daltro declarou com satisfação que devido à dedicação dos oficiais e inferiores do Batalhão Naval, a porcentagem de analfabetos que no início do ano era de 76% estava naquele momento em 16% e era de se esperar chegar a 0% no fim de 1915. Recebida também as adesões do Centro de Professores Primários Municipais e da Associação Cristã dos Moços.²⁹

Nesta mesma reunião, noticiada após a instalação efetiva da Liga, Raimundo Seidl propõe que a comissão destinada a se dirigir às autoridades municipais deveria procurar obter a criação de Jardins de Infância Populares que pudessem ser freqüentados pelas crianças que não têm roupas nem calçados. O curso deste jardim poderia começar pelo ensino da higiene, obrigando as crianças a lavarem rostos, mãos e pés ao chegarem para a aula e passaria depois ao da leitura, escrita e tabuada, cânticos patrióticos e morais, ginástica sueca e “brinquedos” como o Football, peteca, Tênis, etc. Segundo Seidl, isto traria benefícios enormes ao Rio de Janeiro que poderia usar pavilhões que já existem em algumas praças para tal fim.³⁰

²⁸ Joaquim Nogueira Paranaguá, natural de Corrente no Piauí, foi médico da Santa Casa de Misericórdia de Teresina e Ministro de Estado Tesoureiro da Imprensa Nacional. Atuou ainda como deputado provincial durante o Império, foi vice-governador do estado do Piauí (1889 a 1890), Deputado Federal (1891 a 1896) e Senador (1897 a 1906) durante a Primeira República. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia> Acesso em 10 de junho 2008.

²⁹ “Uma campanha patriótica. Prosseguem vitoriosamente os trabalhos da Liga Contra o Analfabetismo”, **op. Cit.**

³⁰ **Ibid.**

Em novembro de 1915, a LBCA se dirigiu ao comandante da Brigada Policial que havia inaugurado cursos noturnos. A Liga fazia solicitação para que nos novos cursos fossem admitidos não apenas os filhos dos praças, mas também civis adultos e menores que não dispusessem de meios para se instruir. Atendida em seu pedido, publicaria o seguinte boletim de aviso:

Para os praças, seus filhos, irmãos e cunhados, a Brigada acaba de criar nas suas escolas policiais cursos noturnos de instrução primária, que começarão a funcionar a 25 do corrente mês, das 18 às 20 horas. A pedido da LBCA, a matrícula nesses cursos será também permitida aos civis analfabetos que não tenham relações de parentesco com os membros desta corporação. A brigada fornecerá gratuitamente livros, lousas e outros objetos escolares. Aos alunos civis, uma vez por semana, ministrar-se-á instrução militar nas salas de aula. Os alunos maiores farão, ainda, aos domingos, exercícios de tiro ao alvo na linha da Brigada. Será fundada em breve uma Caixa Escolar destinada a prestar auxílios aos alunos civis mais necessitados, dentre os de menor idade. Não se exigirá que os alunos civis, maiores ou menores, se apresentem calçados. Para os praças alunos haverá uma aula prática de escrituração militar. Procurar extirpar o analfabetismo do território pátrio é um dever de honra para todos os brasileiros.³¹

Em 4 de dezembro de 1915, realizar-se-ia uma “soirée” no Clube Militar em benefício da Liga. Organizavam o programa do evento Esther Santos e Irene Pentado, que contaria também com conferência do Coronel Moreira Guimarães sob o título “Pátria”.³²

O ano de 1915 seria encerrado com a obtenção da inteira solidariedade do Club Civil Brasileiro à finalidade da Liga, a notícia de que o sócio Dr. Antônio Ferrari havia fundado um curso gratuito no Hospital S. Sebastião para os empregados analfabetos e o recebimento de carta enviada pelo general Joaquim Inácio do Rio Grande do Sul manifestando a opinião de combater simultaneamente o alcoolismo. O Ministro da Marinha permitiria que nas escolas de aprendizes de marinheiros se mantivessem civis que residissem nas proximidades da escola (à exemplo do que havia sido feito na Brigada Policial). Uma escola de primeiras letras para praças da Fortaleza de Copacabana havia sido criada e era mantida pelo Major Marcos Pradel de Azambaja. O sócio Raul Pinto de Mendonça informara ainda que em breve a Estação Riachuelo teria uma escola

³¹ “A guerra contra o Analfabetismo. A Brigada Policial inaugura os cursos noturnos. Uma idéia que dever ser imitada”. *A Noite*, 05/11/1915, p.4.

³² “Os trabalhos da Liga Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 26/11/1915, p.4.

primária que funcionaria no “stand” da linha de tiro dessa localidade, sendo esta a primeira que a liga iria inaugurar.³³

À Câmara dos Deputados, o deputado José Bonifácio apresentaria o seguinte requerimento de apoio à Liga:

Requeiro que seja nomeada uma comissão especial de nove membros para o fim de propor ao Congresso, em projeto de lei, as medidas mais prontas e eficazes para o combate ao analfabetismo, atendidas desta forma as justas aspirações do povo brasileiro e o elevado movimento da LBCA. A nomeação desses nove membros far-se-á dentre os deputados que constituem a comissão de instrução pública, finanças, constituição e justiça, no intuito de serem estudadas as medidas no seu aspecto pedagógico, financeiro e constitucional. Sala das sessões, 13 de dezembro de 1915 – José Bonifácio³⁴

Em março de 1916, a Liga receberia a adesão da maçonaria representada pela Loja Asylo da Prudência filiada ao Grande Oriente do Brasil. Antônio Corrêa Pinto havia proposto que se fundasse escola gratuita para os filhos dos maçons, mas também para qualquer outra criança que nela queira se matricular. Esta escola começaria a funcionar por todo o mês de abril corrente na Rua do Ouvidor n.26, um comitê foi organizado para tratar da instalação da referida escola sendo composto pelos seguintes nomes: Attila Pinheiro (venerável da Loja); Antônio Corrêa Pinto (autor da proposta e relator da comissão); Dr. Antônio Espínola de Athayde, Accacio Arthur dos Santos Leite, capitão Zacarias Menezes Doria, Miguel Pappaterra, Francisco Estevão Gonçalves e Antônio Rodrigues Cardoso³⁵

Aulas noturnas gratuitas estariam funcionando regularmente também no Centro Cívico Sete de Setembro tendo como professores o Padre Olympio de Castro, o acadêmico Alberto Roxo, o Dr. Vasconcelos Galvão, Pedro Leite Bastos, Rosalvo Costa e Dr. Honório Menelick. As disciplinas ministradas seriam: Língua Nacional, Geografia, História, Aritmética, Desenho, Inglês, Francês, aulas de Educação Física e Instrução Militar, entre outras. Comentava-se também, a

³³ “Liga Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 03/12/1915, p.4; “Combate ao Analfabetismo”. *A Noite*. 13/12/1915, p.3 e “Liga Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 17/12/1915, p.4. Ver também “Liga Contra o Analfabetismo”. *O Paiz*, 03/12/1915, p.6.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ “A guerra contar o Analfabetismo”. *A Noite*, 16/03/1916, p.5.

notícia da reinauguração de uma escola da União Beneficente dos Empregados de Fábrica de Cartuchos de Realengo e a abertura de uma escola no Tiro 102.³⁶

Em maio de 1916, Raimundo Seidl faz uma análise dos principais fatos neste primeiro ano de ações, salientando o concurso de toda a sociedade na campanha (destaque para a atuação do Exército e Armada, Brigada policial, Corpo de Bombeiros e o regimento de polícia do Estado do Rio de Janeiro); ainda nesta reunião, Alfredo S. Osório comunicou a criação de escola para a população de pescadores em Jurujuba para menores e adultos entre 6 e 60 anos. O Capitão Luiz Lobo propôs que se dirigisse um apelo ao clero na pessoa do Cardeal Arcoverde, no sentido de obter auxílio das paróquias ao desenvolvimento intelectual dos paroquianos.³⁷ Em reunião da Comissão de justiça da Câmara dos Deputados, Pedro Moacyr destacou dentre os projetos confiados ao seu estudo, um projeto que considera de utilidade pública as ligas contra o analfabetismo.³⁸

Ainda em 1916, uma conferência foi realizada em prol da instrução popular pelo Dr. Fausto Ferraz; aproveitando o ensejo, a Liga Contra o Analfabetismo informava em agosto daquele ano que lançaria uma grande campanha por meio de conferências “nas escolas públicas, academias, quartéis, associações e em todos os lugares em que se achar reunida a massa popular”.³⁹

Em agosto de 1916, Ennes de Souza inaugurou o primeiro curso noturno da LBCA, na sede da Sociedade União dos Estivadores; vale ressaltar que a união cedia o salão e luz para o curso.⁴⁰

Uma solenidade festiva foi realizada no dia 7 de setembro, no salão nobre do Clube Militar. O objetivo era que a solenidade se tornasse popular (a sessão era pública e não se exigia traje a rigor). Na referida solenidade, o Presidente da Liga, Ennes de Souza, fez a abertura, que foi seguida pela execução do Hino à Bandeira. Na seqüência, Raimundo Seidl fez a leitura de um relatório e Maria Santos fez discurso sobre o dever dos brasileiros em relação ao analfabetismo. Ao discurso seguiu-se o Hino à Pátria. Moreira Guimarães discursou sobre a instrução e o

³⁶ “Mais adesões para a Liga Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 26/02/1916, p.2 e “Aulas noturnas gratuitas”. **A Noite**, 31/03/1916, p.5.

³⁷ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Comemoração do primeiro aniversário”. **A Noite**, 15/05/1916, p.4. Ver também “Associações – Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **O Paiz**, 13/05/1916, p.6

³⁸ “As Comissões da Câmara. As associações de aeronáutica e as Ligas Contra o Analfabetismo. A responsabilidade dos funcionários”. **A Noite**, 10/07/1916, p.3.

³⁹ “Comitê de Propaganda Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 12/08/1916, p.4.

⁴⁰ “Vai fundar-se o primeiro curso da Liga Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 20/08/1916, p.2.

patriotismo, sendo a solenidade encerrada por Ennes de Souza e a execução do Hino da Independência.⁴¹

O gesto filantrópico de Francisco Alves – conhecido livreiro da cidade do Rio de Janeiro – foi alvo de congratulações em reunião da Liga. Francisco Alves fez uma doação de 10.000 livros didáticos para o combate ao analfabetismo.⁴² Em sessão publicada no dia 31 daquele mês, foi lido um ofício da Liga de Defesa Nacional que se declarava aliada da LBCA na campanha contra o analfabetismo.⁴³

As ações da LBCA foram tema de um artigo publicado na revista “A Escola Primária”, dirigida por inspetores escolares do Distrito Federal e fundada em outubro de 1916. Sob o título “O Centenário da Independência do Brasil e o Analfabetismo” e tendo como autor o inspetor escolar Arthur Magioli, o artigo tece opiniões acerca dos objetivos da Liga.

Numa demonstração de alto patriotismo, um grupo de homens, desejosos de dar a esta comemoração o cunho elevado de utilidade prática, imaginou festejar a gloriosa data com a declaração de – extinto o analfabetismo no Brasil [...] O problema da extinção do analfabetismo é por demais complexo para que possa ser resolvido no curto espaço de tempo de seis anos [...] Fetichistas da Constituição, os nossos legisladores temem dar à União poderes de intervir nos Estados a fim de facilitar os meios de combater o analfabetismo [...]

São, pois, dignos de louvores e de encorajamento os que, em um meio como o nosso, dominado pelo indiferentismo, tomam sobre os ombros tão patriótica quão hércula empresa! E Oxalá! Possam eles, fortalecidos pela grandeza da missão a que se propuseram levá-la por diante e, a 7 de setembro de 1922, si não afirmar positivamente a extinção do analfabetismo, pelo menos provar uma grande diminuição da vergonhosa porcentagem que tanto nos deprime.⁴⁴

O artigo destaca que o objetivo da Liga envolvia questões complexas como a necessidade de centralização e da intervenção da União em âmbito educacional, o autor reconhece ser louvável a iniciativa que haviam tomado os intelectuais envolvidos no combate ao analfabetismo.

Encerrando o ano de 1916, a LBCA dava continuidade às ações de combate ao analfabetismo. Em dezembro daquele ano, Ennes de Souza solicitaria

⁴¹ “A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo realizará festiva solenidade no salão nobre do Clube Militar das 16 às 18hs”. *A Noite*, 06/09/1916, p.4.

⁴² “Combate ao Analfabetismo”. *A Noite*, 05/10/1916, p.4.

⁴³ **Ibid.**

⁴⁴ “O Centenário da Independência do Brasil e o Analfabetismo”. *A Escola Primária*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves &C, N., 1916, p.45 e 46.

providências da diretoria da Instrução Pública após visitar a Ilha do Bom Jesus, onde existiam 275 crianças pobres sem professores. Ainda em dezembro, a Liga registra voto de apoio e solidariedade à campanha iniciada pelo clínico Miguel Pereira em favor do saneamento dos sertões brasileiros. A LBCA demonstra, assim, seu apoio ao projeto que os higienistas começavam a desenvolver naquele momento no combate às moléstias endêmicas. Vale lembrar que o ano de 1916 foi importante para este movimento uma vez que foi o ano da publicação do Relatório da expedição feita por Artur Neiva e Belisário Pena ao interior do Brasil.⁴⁵

Ao longo do ano de 1917, a diretoria da Liga buscou intensificar as estratégias de propaganda contra o analfabetismo. Em janeiro, o Major Raimundo Seidl sugeriu que fossem colocadas placas de propaganda da Liga nos bondes da Light que haveria acolhido bem a solicitação feita pela diretoria da associação neste sentido.⁴⁶

Durante aquele ano, a LBCA continuaria recebendo diversas manifestações de apoio através da fundação de cursos gratuitos ou de algumas doações. O Dr. Carlos Góes, lente do Ginásio Mineiro e representante daquele estado no IV Congresso Brasileiro de Instrução, oferece à Liga a peça de sua autoria “Ensinai a ler”, que teria sido apresentada no Teatro Municipal de Belo Horizonte com êxito pela Cia. Leopoldo Fróes. A Liga logo providenciaria a propaganda de divulgação da peça. O Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá também faz a doação de um exemplar de seu livro distribuído recentemente “O que precisa saber uma menina de 12 anos”.⁴⁷

Em sessão publicada no dia 12 de janeiro de 1917, Jayme Monteiro ofereceu 20% do resultado do festival que ocorreria no Clube Ginástico Português, onde subiria à cena a peça “Ensinai a ler” mencionada acima e que servia na propaganda contra o analfabetismo.⁴⁸

Novas doações seriam feitas em fevereiro de 1917. A Liga receberia a oferta de uma caixinha do jogo “ABC” enviado pelo seu autor, Honório Esteves, que era um dos propagadores da instrução em Minas Gerais. Ainda nesta sessão

⁴⁵ “O Combate ao analfabetismo”. **A Noite**, 01/12/1916, p.4.

⁴⁶ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 26/01/1917, p.4.

⁴⁷ “A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 07/01/1917, p.4. O livro publicado em 1916 era composto por trechos de uma conferência do médico no Instituto Central do Povo (RJ); trazendo informações sobre a importância da instrução, da higiene e do conhecimento sobre a vida sexual.

⁴⁸ “Combate ao Analfabetismo”. **A Noite**, 12/01/1917, p.4.

noticiada no dia 6 do mesmo mês, foi lida uma carta de Saturnino Barbosa (pedagogo paulista) que havia realizado na Biblioteca Nacional uma conferência sobre o tema “Crítica introspectiva”. Na carta, o pedagogo sugere a criação de um laboratório de pedagogia experimental. O assunto seria estudado pela diretoria da Liga.⁴⁹ As preocupações com a pedagogia ficam evidentes neste contexto, embora não tenhamos acesso às idéias que compõem a proposta deste “laboratório de pedagogia experimental”, podemos conjecturar que propostas técnico-pedagógicas já estavam dentre as preocupações dos que se dedicavam à causa da instrução durante os anos 10.

Em reunião ocorrida em março de 1917, o presidente a Liga, Ennes de Souza notificou que uma escola mantida pela Fábrica de Vidros Esberard em São Cristóvão estava obtendo notáveis progressos triplicando a frequência. O Dr. Corrêa de Freitas apresentou pessoalmente saudações à Liga Contra o Analfabetismo, discorrendo sobre o atraso intelectual em que vivíamos mergulhados. Corrêa de Freitas utilizou como exemplo em sua fala o fato de que a República Argentina estaria progredindo assombrosamente em todos os ramos da atividade humana. Aconselhou, assim, a Liga a apelar para todas as municipalidades pedindo a obrigatoriedade da instrução primária. Concluiu afirmando que *“não somos um povo organizado, mas, unicamente, habitantes de um território”*.⁵⁰

Ainda em março, o Major Seidl informava sobre sua participação na instalação da Escola Marcílio Dias inaugurada com sucesso para servir aos pobres de Copacabana. Ali, ficaram matriculadas mais de 30 pessoas de 9 a 50 anos, em sua maioria pescadores. A referida escola funcionava em galpão cedido pelo inspetor da 5ª região.⁵¹ Maria Santos comunicou em reunião publicada no dia 25 daquele mês que estava organizando uma escola feminina em Copacabana e que já estava escolhendo as professoras para ali atuarem; conforme informava a vice-presidente, esta seria a terceira escola fundada pela LBCA. Nesta mesma data, o Professor Bernardo de Freitas propôs a criação de um registro de professores, no qual figurariam dados necessários para preencher vagas e novos lugares de professores. A idéia de criar o registro dos professores foi aprovada e os

⁴⁹ “O combate ao analfabetismo”. **A Noite**, 06/02/1917, p.5.

⁵⁰ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 02/03/1917, p.4 e “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 09/03/1917, p.4.

⁵¹ **Ibid**

professores inscritos deveriam declarar os títulos que possuíam, tempo e lugar onde exerceram magistério, outras funções que tenham ocupado, vencimentos que pretendiam obter e se concordavam em exercer o cargo em localidades diferentes.⁵²

Em maio de 1917, Ennes de Souza relatava em sessão da LBCA ter comparecido, juntamente com uma comissão, à sessão solene de 1º de maio na União dos Operários Estivadores onde foi reaberta a escola Bittencourt da Silva. Os auxílios obtidos pela Liga através da sociedade civil continuavam, a exemplo do Comendador Casimiro Costa, da Companhia Edificadora, que prometia a todos não poupar esforços para obter material escolar. Da mesma forma, permaneceria o movimento de fundação de escolas, ficando resolvida no dia 6 de maio a fundação de mais uma escola para ambos os sexos. Esta escola funcionaria diurna e noturnamente, ficando Maria Santos autorizada a procurar um edifício para a escola que seria em Ipanema.⁵³

Em sessão publicada em 17 de junho de 1917, a vice-presidente da Liga Maria Santos comunicava à diretoria a resolução de Leonor de Moura Bastos que oferecia sua residência em São Cristóvão para o funcionamento de escola gratuita sob direção da Liga Contra o Analfabetismo. Na mesma sessão, O Dr. Nogueira Paranaguá daria destaque ao ato filantrópico dos livreiros Francisco Alves & C. que ofereciam gratuitamente 800 livros didáticos para escolas recém-fundadas no Piauí. A Liga recebeu uma carta de Carneiro Leão repleta de *“argumentos sólidos e irresponsáveis corroborando a opinião do Professor Ferreira Rosa sobre a simplificação da grafia portuguesa”*; cujo assunto estaria sendo objeto de estudos da Liga.⁵⁴

As escolas custeadas pela Liga estariam em pleno funcionamento em julho de 1917. Um dos exemplos de bom funcionamento seria a escola Francisco Alves que funcionava na Rua General Argollo n. 211, conforme informara a professora Leonor Moura Brandão; ocorrendo o mesmo na escola da Rua Pinto Sayão. A frequência nas escolas mantidas pela Liga era enorme, segundo os jornais, estando

⁵² “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 25/03/1917, p.4 e “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 22/04/1917, p.4.

⁵³ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. Importantíssimas adesões”. *A Noite*, 06/05/1917, p.4.

⁵⁴ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 17/06/1917, p.2.

inclusive suspensão a inscrição em algumas escolas como a Francisco Alves que contava com a matrícula de 87 alunos.⁵⁵

A LBCA manteve diversas escolas visando a difusão do ensino primário. A preocupação com a efetiva organização e bom funcionamento das mesmas fica evidente ao declarar a investidura do Dr. Alípio Dorea para inspetor escolar de todos os cursos da Liga para que se cumprisse o “perfeito método e fiscalização dessas numerosas escolas.”⁵⁶

As doações dos sócios continuavam a ocorrer, sendo estas as mais diversas. O sócio Carlos Carneiro Leão (comerciante na cidade do Rio) ofertava à Liga, uma assinatura da revista mensal do Porto “Vida e Saúde”. O Professor Kitzinger da Association Polytechnique e do Externato Franco-Brasileiro colocou a disposição dos meninos necessitados três matrículas gratuitas naqueles estabelecimentos de instrução.⁵⁷

De acordo com as informações veiculadas nos periódicos, no decorrer do ano de 1917, choveram adesões à Liga e pedidos de instruções e estatutos para orientar a instalação de Ligas em todo o Brasil.

Ao longo do ano de 1918, a diretoria da LBCA permaneceria com suas sessões semanais. Mantinha-se a busca por auxílios das instituições religiosas, da maçonaria e da imprensa no combate ao analfabetismo, assim como a necessidade de franca cooperação de todos os governadores e assembleias estaduais.

Em sessão do dia 14 de fevereiro foi registrado o oferecimento de 300\$ doados pelo Deputado mineiro Dr. Pedro Bernardo Guimarães (um dos defensores dos ideais daquela instituição). Naquele ano, tiveram continuidade também as fundações de escolas primárias. Em maio de 1918, foi lido ofício do Dr. Xavier Pinheiro (secretário da Assistência Judiciária Militar do Brasil) sobre a fundação de uma escola de instrução elementar para praças do Exército, Marinha, Brigada Policial e Corpo de Bombeiros, inteiramente gratuita, mesmo no que concerne ao material escolar.⁵⁸

Visando ampliar sua campanha, a diretoria da Liga Contra o Analfabetismo, por proposta de Raimundo Seidl, decide atuar junto ao Ministro

⁵⁵ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 14/07/1917, p.5 e “Combate ao Analfabetismo”. *A Noite*, 12/08/1917, p.5.

⁵⁶ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 14/07/1917, p.5.

⁵⁷ **Ibid.**

⁵⁸ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. *A Noite*, 19/02/1918, p.2 e “O combate ao analfabetismo. Intensifica-s a propaganda”. *A Noite*, 17/05/1918, p.5.

da Viação para que a repartição dos correios adote nos seus carimbos o lema “Combater o Analfabetismo é um dever de honra de todo o Brasileiro”, a exemplo do que já se praticava, para outros fins, em Buenos Aires e na agência de Barbacena.⁵⁹

Prosseguiram também as manifestações de apoio através de doações como a do leiloeiro Luiz Vernet que mandou ofertar à Liga a quantia de 65\$, proveniente do leilão feito do mostruário paraense da Exposição de Frutas. Esta quantia seria aplicada na aquisição de livros e outros artigos escolares.⁶⁰ Em sessão publicada no dia 31 de maio de 1918, Ennes de Souza comunicou a oferta de bancos-carteiras feita pelo Dr. Trajano de Medeiros, além da fundação de uma escola modelo nas suas oficinas. Júlio Guedes informou também terem sido distribuídas em algumas escolas mantidas pela Liga cerca de 30 bancos-cadeiras ofertadas pelo comendador Casemiro Costa.⁶¹

Em junho de 1918, Leonor Brandão comunicaria à diretoria da Liga que a escola noturna Francisco Alves (mantida pela Liga e sob sua direção) tinha 102 alunos matriculados, sendo a frequência média de 80 alunos. Em razão disto, ficava decidido organizar os alunos em duas turmas. Em publicação feita no dia 06 do mês citado acima, a diretoria da Liga resolvera oferecer à uma escola fundada na 1ª Companhia Ferroviária, estacionada na Vila Militar, 40 cartilhas de Arnaldo Barreto e 40 compêndios de aritmética de Couturier. Solicitaria, ainda, alguns bancos-carteiras para a escola Francisco Alves, aproveitando o oferecimento de mobiliário para as escolas feito pelo Dr. Trajano de Medeiros.⁶²

A intensificação da propaganda da Liga vinha ganhando adesões como a da Companhia Telefônica da cidade do Rio de Janeiro que mandava comunicar que, a pedido da Liga, faria inserir nas páginas da lista dos assinantes não só o lema da Liga, mas outras inscrições de propaganda em favor da instrução primária.⁶³

O apoio obtido através da maçonaria brasileira rendia frutos, uma vez que em sessão de reabertura dos trabalhos anuais do Grande Oriente, o então novo Grão Mestre da Maçonaria brasileira, Nilo Peçanha, deu destaque à causa do

⁵⁹ **Ibid.**

⁶⁰ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 24/05/1918, p.4.

⁶¹ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 31/05/1918, p.4.

⁶² “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 06/06/1918, p.3.

⁶³ **Ibid.**

combate ao analfabetismo. A informação era de que nos últimos 10 meses, haviam sido criadas 36 escolas nas várias lojas. Nas cerca de 60 escolas mantidas pelas lojas maçônicas, cerca de 4.000 crianças e adultos recebiam instrução gratuita.⁶⁴

Encerrando o ano de 1918, em sessão conjunta da Diretoria e do Conselho Fiscal, ficou resolvido considerar encerradas desde 31 de outubro as aulas das escolas da Liga, que reabririam oportunamente. Notificou-se que foram oferecidos 14 bancos à escola que a Sociedade Brasil Moderno iria abrir e resolveu-se remeter a todos os jornais e bibliotecas existentes no Brasil o boletim anual da LBCA, ficando o secretário geral encarregado desta distribuição. Por fim, o presidente da Liga comentou conferência realizada na Biblioteca Nacional no dia 11 de outubro por Milton da Cruz sobre o tema “A Educação Cívica”, agradecendo a contribuição aos ideais da Liga. Na conferência, o autor havia destacado que, *“até pouco tempo, a pátria e o civismo eram esquecidos entre nós, não havia preparo e educação para este sentimento inato ao povo”*. Segundo o autor, com o advento da guerra, a nação que era descrente na juventude tornou-se cheia de fé e esperança no futuro. Fazia-se necessário, assim, repensar a necessidade da educação cívica, efetivando-se um programa delineado sobre o tema. Milton Cruz comentou também acerca da elevação moral do cidadão que compreende seus deveres cívicos.⁶⁵

Durante os anos de 1919 e 1920, os trabalhos da LBCA continuariam, embora o número de notícias que se remetiam ao movimento de combate ao analfabetismo tenha diminuído desde meados de 1918. Isto se deve, em parte, ao destaque que os periódicos “A Noite” e “O Paiz” dariam às notícias que envolviam os dois grandes temas daquele contexto: a primeira grande guerra (1914-1918) e a gripe espanhola. Sobretudo em 1918, as notícias sobre a I Guerra Mundial ocupavam as primeiras páginas dos jornais brasileiros. Paulatinamente, as páginas dos periódicos dariam grande destaque à epidemia de gripe espanhola que assolou a população, fazendo inúmeras vítimas fatais. Durante o ano de 1918, as reuniões da LBCA foram interrompidas por um mês em razão da epidemia.

⁶⁴ “Os novos horizontes da maçonaria brasileira. Combate às religiões, não, mas ao analfabetismo. A sessão magna de amanhã”. **A Noite**, 23/06/1918, p.3.

⁶⁵ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 15/11/1918, p.5. Sobre a Conferência ver também “A campanha contra o analfabetismo”. **O Paiz**, 15/11/1919, p.9.

Como de costume, no dia 7 de setembro do ano de 1919, a Liga se reuniu em sessão magna, sob a presidência de Ennes de Souza, em comemoração à Independência do Brasil e ao seu 4º aniversário. Nesta sessão houve distribuição de prêmios conferidos pela instituição à praças de guarnição militar que, alistando-se analfabetos, já sabiam ler e escrever corretamente. 84 prêmios foram entregues por Maria Santos que proferiu discurso tendo como tema o centenário da independência.⁶⁶ Vários trechos deste importante discurso foram analisados ao longo deste capítulo.

Em 1920, a Liga sofreria a perda de um dos seus mais importantes membros: o presidente Ennes de Souza falece e muitas seriam as homenagens que a Liga prestaria ao seu presidente. No dia 11 de março, a Liga realizou uma sessão preparatória com a finalidade de elaborar um programa para a sessão cívica que homenagearia publicamente o 30º dia do falecimento de Ennes de Souza pelos serviços por ele prestados ao Brasil na abolição dos escravos, na propaganda republicana, na campanha em prol do ensino agrícola, na proteção à infância e na luta contra o analfabetismo. Assumia a presidência da LBCA Maria do Nascimento Reis Santos. Na reunião acima mencionada, ficou decidido o seguinte: 1º) que a diretoria tomaria o encargo de tornar efetiva a homenagem, dirigindo convites aos governadores dos estados e às associações patrióticas existentes; 2º) a sessão se realizaria no dia 06 de maio, aniversário de nascimento de Ennes de Souza; 3º) Que sob a direção de Leôncio Corrêa fosse naquele dia publicada uma homenagem; 4º) que a diretoria da Liga solicitasse ao prefeito que o nome de Ennes de Souza fosse dado a uma das escolas municipais.⁶⁷

Vários telegramas e ofícios de condolências foram recebidos pela Liga. Para citarmos alguns, temos os encaminhados pelo general Dr. Lauro Sodré, Joaquim Ignácio Baptista Cardoso, pela Liga de Defesa Nacional, pela Associação Propagadora das Belas Artes, a diretoria da escola da União Fabril de São Cristóvão, Associação Cristã dos Moços, Instituto de Proteção à Infância (a diretoria deste resolveu dar o nome de Ennes de Souza a um dos salões de seu

⁶⁶ Alguns dos prêmios entregues foram os seguintes: “Conselheiro Manoel Francisco Correia” oferecido por Leôncio Correia; “Duque de Caxias” e “Comendador Bittencourt da Silva” oferecido por Albino Monteiro, além de outros três prêmios oferecidos pelo professor Vicente Avelar. “7 de setembro”. **O Paiz**, 07/09/1919, p.3 e “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 08/09/1919, p.5.

⁶⁷ “Dr. Ennes de Souza. Uma sessão cívica”. **A Noite**, 09/03/1920, p.5; “Homenagem ao Dr. Ennes de Souza. Resoluções da L.B. Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 12/03/1920, p.4 e “A memória do Prof. Ennes de Souza”. **A Noite**, 06/05/1920, p.2.

novo edifício). Um funcionário da Casa da Moeda comunicou que o nome do presidente da Liga seria dado à sala em que se encontrava a coleção mineralógica organizada por ele e que ali seria colocado um retrato seu.

Ainda em 1920, a Liga realizou mais uma sessão magna em comemoração ao seu aniversário, presidida pela professora Maria Reis Santos. Esta sessão foi realizada no salão nobre do Clube Militar, que havia sido cedido gentilmente pela diretoria, e não contou com convites especiais, sendo aberta ao público.⁶⁸

Embora as mudanças na diretoria no ano de 1920 tenham dado um foco diferenciado às ações da LBCA – que não poderia deixar de homenagear seu presidente, cujos valores pessoais estavam estritamente amalgamados aos valores defendidos pela Liga – o tema do analfabetismo continuava a ocupar as páginas dos jornais. O que vamos observar a partir daqui é que as sugestões para combater o analfabetismo passam a proliferar, assim como a mobilização da sociedade civil. Bons exemplos dessa mobilização são as duas notícias que seguem, ambas publicadas no dia 5 de junho de 1921.

A primeira notícia refere-se à decisão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro de fundar uma escola. Para isto, aproveitaria a antiga sede da construção civil que ficava à Rua Barão de S. Felix, n. 119. Uma comissão procurou o ministro da justiça e publicou o seguinte manifesto:

Combatamos o Analfabetismo! É no louvável intuito de instruir as classes obreiras que a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro tomou a nobre iniciativa da criação imediata de escolas, por compreender que um povo só é grande quando instruído.

Diante desta verdade, a Federação entendeu aconselhar os trabalhadores a freqüentar as referidas escolas, meio único de concorrer para a emancipação da família produtora. Sabemos sobejamente que orçam, infelizmente, a 80% o número de analfabetos no Brasil. Pois bem, as escolas operárias virão atenuar este grande mal senão debelá-lo por completo. Trabalhadores, rumo à escola!⁶⁹

O texto publicado em nome da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro deixa claro o intuito e a necessidade de se instruir as “classes obreiras”. Para isto, estavam se mobilizando para fundar escolas operárias. É importante

⁶⁸ “O aniversário da Liga Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 05/09/1920, p.6.

⁶⁹ “Combatamos o Analfabetismo. A comissão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro já se entendeu com o Sr. Alfredo Pinto”. **A Noite**, 05/06/1921, p.2

notar a idéia recorrente de que nosso povo só seria grande através da instrução. É ela a chave para que o Brasil tomasse novos rumos.

A segunda notícia que gostaríamos de ressaltar, diferentemente da anterior, faz um apelo. Os moradores do Sapê clamam por uma escola primária:

É toda a população de um bairro suburbano que se levanta e recorre ao governador da cidade pedindo proteção para seus filhos [...] Trata-se da criação de uma escola primária no lugar denominado Sapê, freguesia de Irajá, zona servida pela auxiliar da Central do Brasil.

Para este fim, dentro de breves dias, será dirigido ao prefeito um abaixo assinado das famílias pobres daquela localidade, pedindo justamente um estabelecimento escolar para a educação de seus filhos.

Nesse apelo, que é assinado por quarenta chefes de família e pela exposição feita, verifica-se perfeitamente a necessidade dessa benfeitoria.

Que fará a municipalidade?⁷⁰

Os exemplos evidenciam dois aspectos que vinham se tornando característicos do contexto em questão e que condizem com as estratégias da LBCA que descrevemos até aqui: a sociedade, cada vez mais, se coloca atuante e consciente de seu papel em relação à construção da Nação. Não são poucas as demonstrações de que a população toma parte, como protagonista, na fundação de escolas e cursos visando diminuir os índices de analfabetismo no país. Por outro lado, mas de forma concomitante, não se descarta a necessidade de se remeter às autoridades municipais, estaduais ou federais para exigir maior interferência destas nas questões educacionais.

Com a proximidade do Centenário da Independência, aumentaria o entusiasmo pelo combate ao analfabetismo. Os professores primários aderem ao movimento e em sessão da Associação dos Professores Primários, a diretoria resolve ir ao gabinete do diretor geral da instrução primária fazer a entrega de um ofício em nome de todos os professores masculinos das escolas públicas, protestando sua solidariedade com a campanha contra o analfabetismo. O diretor geral da instrução primária, Nascimento Silva, enalteceu a conduta dos professores, felicitando-os e oferecendo todo o apoio e solidariedade.⁷¹

⁷⁰ “Para combater o Analfabetismo. Os moradores do Sapê pedem a criação de uma escola primária”. *A Noite*, 05/06/1921, p.2.

⁷¹ “As campanhas santas. Aumenta o entusiasmo pelo combate ao analfabetismo”. *A Noite*, 19/08/1921, p.6.

As idéias para dar fim ao analfabetismo continuavam a surgir, dentre elas, destacamos uma denominada “Lei Áurea do Centenário da Independência”. Seu autor era o professor João Camargo, diretor do ginásio Pio-americano, que tendo estudado os processos e métodos empregados em países europeus para a superação do analfabetismo elaborou a seguinte lei:

A Lei Áurea do Centenário da Independência

O governo dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Artigo 1) Nenhum habitante do Brasil, natural ou estrangeiro, maior de quinze anos, poderá conservar-se analfabeto a partir de 07/09/1922.

Artigo 2º) Os habitantes analfabetos do Brasil, maiores de quinze anos, pagarão a partir do dia 07/09/1922 uma multa de 10\$000 e mais 1\$000 por mês enquanto se conservarem analfabetos.

Artigo 3º) Todo chefe de família ou de casa, homem ou mulher, assim como todo chefe de empresa ou sociedade de propriedade urbana, pastoril ou agrícola, de oficina, de fábrica, de navio, de estaleiro, de agremiação de indivíduos de toda espécie, tanto na cidade como no campo, em mar como na terra, pagará uma multa de 1\$000 por mês correspondente a cada indivíduo analfabeto maior de quinze anos, que estiver sob sua autoridade, fiscalização ou dependência.

Artigo 4º) Ficarão isentos dessa multa os inválidos de toda espécie, assim como os sexagenários.

Artigo 5º) Será multado em um conto de réis todo indivíduo que embaraçar ou prejudicar a execução da presente lei, mesmo por palavra ou por escrito.

Artigo 6º) Todas as multas serão recolhidas ao tesouro do ensino primário ambulante para a organização de escolas que serão criadas nos pontos mais necessitados.

Artigo 7º) Essas escolas, na maioria ambulantes, funcionarão em todo o território da República em período de 3 meses, durante os quais, por processos rápidos e sintéticos, uniformizados pelo diretor do ensino primário ambulante, serão ensinados os elementos necessários de leitura, escrita e contas indispensáveis para a atual desanalfabetização do Brasil.

Artigo 8º) Desde logo, o governo federal criará algumas escolas que funcionarão nos centros mais populosos do país.

Artigo 9º). Revogam-se as disposições em contrário.⁷²

⁷² “A Lei Áurea do Centenário da Independência. Depois de 7 de setembro de 1922, não haverá mais analfabetos no Brasil. Um projeto do professor Camargo”. **A Noite**, 22/08/1921, p.6.

Podemos perceber que o projeto de Camargo nos remete ao período de fundação da LBCA, quando Raimundo Seidl propôs que fosse criado um imposto para todos aqueles que se mantivessem analfabetos. O interessante nesta “lei” é o fato de João Camargo não ser membro do Congresso Nacional, mas ele estava certo de que seu projeto seria prontamente transformado em lei. Novamente, ficam evidentes os dois processos ainda pouco apontados: a ênfase na simultaneidade de ações promovidas pela sociedade e a necessidade de ações do governo.

A guerra contra o analfabetismo prosseguiria sem tréguas durante o ano de 1921. Os professores do 9º distrito da cidade do Rio de Janeiro promoveriam um ato inusitado ao ministrarem aula num domingo. As aulas ocorreram do meio dia à quatro horas da tarde com um regular número de alunos. Segundo informações do jornal, no domingo seguinte, outras escolas estariam abertas.⁷³

Prosseguiram também as estratégias de propaganda como a realizada no 2º distrito da capital. Um avulso muito interessante, oferecendo todas as facilidades para os que desejam aprender a ler, estava sendo distribuído:

Pela instrução popular: Há em vossa casa alguém que não saiba ler, escrever e contar? Aproveite o momento, encaminhe para as escolas do 2º distrito todos os analfabetos de vossas relações. Não tendes recursos para enviar vossos filhos para a escola? Pedi auxílio e a Caixa Escolar dará o que for indispensável.

Deixam vossos filhos de freqüentar a escola por falta absoluta de recursos para tratamento de saúde? Fazei um pedido de auxílio à escola mais próxima: a inspetoria escolar apelarà para o médico escolar e para os Departamentos de assistência Municipal e de Saúde pública.

São necessários em casa os serviços de vossos filhos durante o período oficial de trabalhos nas escolas? Com o regime provisório de aulas extraordinárias podeis escolher melhor hora no espaço que vai das 8hs da manhã às 9hs da noite, e assim não tereis em casa analfabetos.

O trabalho fora do lar impede alguém de vossa casa de aprender a ler? Com um pouco de boa vontade encontrarão todos, das 8 da manhã às 9 da noite algum tempo para obter o benefício inestimável que é saber ler, escrever e contar.

Ide, pois, a qualquer dos seguintes postos e encontrareis ensino gratuito: Chácara da Floresta 5, Praça do Castelo (morro do Castelo), Rua Visconde do Rio Branco 18, Rua do Lavradio 56, Rua Evaristo da Veiga 126, Rua da Glória 26, Rua do Catete 117, Praça Duque de Caxias 20, Rua das

⁷³ “As campanhas santas. Pela primeira vez, as escolas públicas funcionaram em domingo”. *A Noite*, 22/08/1921, p.1

Laranjeiras 171 (Fábrica Aliança), Rua Senador Octaviano 133, Avenida de ligação 100, Rua Marquês de Olinda, 15.⁷⁴

A propaganda feita através deste avulso é bastante interessante à medida que busca convencer, através de diversas perguntas e respostas, os que necessitam de instrução a procurarem a escola mais próxima, indicando soluções para possíveis impedimentos que prejudicavam a frequência escolar.

Ao que tudo indica, as reuniões da LBCA continuavam a ocorrer. A comemoração do 7 de setembro de 1921, aconteceu na escola Ennes de Souza, nesta data, a escola inaugurou um retrato de seu patrono, além de entoarem o “Hino Ennes de Souza”. A escola era a 9ª escola mista do 13º distrito, estando situada à Rua Joaquim Meyer.⁷⁵

Uma conferência foi realizada sob os auspícios da LBCA no salão do Liceu de Artes e Ofícios pelo Padre Antônio Martho do Colégio Salesiano de Niterói. A conferência apresentava o método inventado pelo padre para o ensino racional e intuitivo de primeiras letras, constituído de uma caixa móvel onde se encontravam símbolos e cartões representando o alfabeto. Na conferência, o Padre fazia experiências práticas com adultos, mas o método poderia também ser aplicado às crianças. A Liga convocava, por intermédio do periódico “A Noite”, a todos que se interessavam pelo assunto, sobretudo professores e diretores de estabelecimentos de ensino primário, a comparecerem ao evento.⁷⁶ É relevante a preocupação da LBCA em divulgar métodos de alfabetização baseados em conhecimentos científicos, demonstrando que estava interessada em questões que iam além do puro e simples ler, escrever e contar.

Em outubro de 1921, uma campanha dos inspetores escolares impulsionara algumas professoras a procurarem de casa em casa pelos analfabetos para os convidarem a se matricular. Entretanto, o fato estaria provocando algumas inconveniências; alguns achavam que não ficava bem para moças e professoras casadas entrarem em certas “casas suspeitas, de aparência vulgar”, que “desmoralizavam a cidade”. Para além das inconveniências, o que nos interessa é

⁷⁴ “As campanhas santas. Onde se pode aprender a ler no 2º distrito”. **A Noite**, 19/09/1921, p.6.

⁷⁵ “7 de setembro”. **A Noite**, 07/09/1921, p.2.

⁷⁶ “Combatendo o Analfabetismo. Um novo método de ensino de primeiras letras”. **A Noite**, 03/10/1921, p.4.

mostrar que as campanhas contra o analfabetismo estavam a todo vapor um ano antes do Centenário.⁷⁷

Durante todos os anos analisados nesta trajetória da LBCA, intensificaram-se as ações em favor da obrigatoriedade do ensino primário, este tema, considerado fundamental pelos membros da Liga, merece ser analisado em um tópico em separado.

3.2.3 O Jeca Tatu deve ir à escola: a questão da obrigatoriedade do Ensino Primário.

O leitor deve estar estranhando a referência ao Jeca Tatu, famoso personagem de Monteiro Lobato, neste tópico. O motivo é simples. Conforme já destacamos no capítulo anterior, este é um contexto de ampla mobilização da sociedade que passa a se organizar em instituições que teriam em comum, entre tantas outras características, a denominação Liga. À medida que a campanha de combate ao analfabetismo se desenvolvia, outras campanhas surgiam. Dentre estas campanhas, destacamos a promovida em prol do saneamento do Brasil, que teria como instituição correspondente a Liga Pró Saneamento do Brasil, fundada em 1918. A campanha sanitaria evidenciava a necessidade latente de intervenções da União, visando uma centralização e uniformização dos serviços sanitários em todo o território nacional. Contemplando tais iniciativas, o governo federal criaria diversas instituições como o Departamento Nacional de Saúde Pública em 1919. Mas onde entra a questão da obrigatoriedade do ensino? E o Jeca Tatu? Vejamos.

O tema da obrigatoriedade de ensino passou a ser uma questão importante para a LBCA desde os primeiros anos de sua atuação, entretanto, conforme se aproximava a data da comemoração do nosso centenário, a questão tomava proporções maiores exigindo estratégias de ação mais intensas. Estas estratégias representavam, em sua maioria, envio de mensagens e elaboração de discursos que solicitavam às autoridades competentes a decretação da obrigatoriedade do ensino primário em todo o país. Tais mensagens e discursos não poderiam deixar passar o fato de que a União estava intervindo efetivamente nas questões relativas

⁷⁷ “A campanha contra o analfabetismo, como está sendo feita, tem inconveniências. Em certas casas de aparência vulgar, as professoras não devem entrar”. *A Noite*, 10/10/1921, p.5.

à saúde; assim, exigia-se o mesmo tipo de ação no que se referia à educação, não bastando cuidar apenas da saúde do nosso povo (o doente Jeca Tatu estava sendo curado, mas ainda não tinha instrução...).

Em reunião de janeiro de 1917, a diretoria da Liga decide enviar uma mensagem ao Presidente da República; a princípio, a mensagem seria enviada no dia 13 de maio daquele ano. Novamente o 13 de maio é posto como data simbólica para as ações da LBCA, o que se objetiva naquele momento era a libertação do povo brasileiro do grande mal que assolava a Nação. Juntamente com a mensagem, seriam distribuídas à imprensa e às associações do país 2 mil folhas que deveriam receber 40 assinaturas cada. O texto aprovado para a mensagem era o seguinte:

Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil – Os vossos concidadãos, abaixo assinados, cômscios de que o Analfabetismo é um dos males mais prejudiciais à pátria brasileira e uma triste vergonha para o seu grau de civilização, e convictos de que este mal só poderá ser extirpado pelo estabelecimento da obrigatoriedade da Instrução Primária, vêm confiantes no vosso patriotismo, solicitar os vossos valiosos esforços afim de serem votadas nos Estados da união e no Distrito Federal as leis para isso necessárias.

E rebatendo previamente a objeção decorrente da deficiência do número de escolas, pedem os abaixo assinados permissão para lembrar que a obrigatoriedade pode ser desde já instituída para os analfabetos que residem dentro de um determinado raio (fixado pelas condições topográficas locais) em torno das escolas urbanas, suburbanas ou rurais existentes no território da República.⁷⁸

Em agosto de 1917, a informação veiculada pela imprensa era a de que a mensagem acima, a ser entregue ao Presidente da República solicitando a obrigatoriedade do ensino, contava com 140.000 assinaturas⁷⁹ e que deveria ser entregue em 07 de setembro. Infelizmente, não conseguimos obter a informação, através dos jornais, se houve um retorno à mensagem enviada.

De acordo com a Constituição republicana de 24 de fevereiro de 1891, o princípio da descentralização se fazia presente nas questões relativas ao ensino. A educação não aparece como matéria de competência exclusiva da União e sim como matéria do Poder Legislativo através das atribuições do Congresso Nacional.

⁷⁸ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 26/01/1917, p.4.

⁷⁹ “Combate ao Analfabetismo”. **A Noite**, 12/08/1917, p.5.

O artigo 35, ao elencar o que caberia ao Congresso Nacional, mas não privativamente, destaca que é atribuição deste “*animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais*”, além disto, caberia ao Congresso criar instituições de ensino superior e secundário nos estados e prover a instrução secundária no Distrito Federal.⁸⁰ Os estados e municípios passariam a ter responsabilidade pelo ensino elementar. Subentendia-se que a educação básica, que competiria aos estados, não sofreria a intervenção do governo federal uma vez que o artigo 5º das disposições preliminares destaca que cada estado deveria prover “*a expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar*”. O governo federal só poderia intervir nos negócios particulares dos estados nos seguintes casos: para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; para manter a forma republicana federativa; para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos ou para assegurar a execução das leis e sentenças federais. Portanto, o que se solicitava ao então Presidente da República era algo complexo, uma vez que tais propostas de centralização e intervenção acerca da educação envolviam o tema do federalismo oligárquico.

Em maio de 1918, o foco da ação em favor da obrigatoriedade do ensino eram as Assembléias estaduais e municipais. Um novo apelo estava sendo redigido no sentido de obter a intensificação do ensino popular gratuito.⁸¹ Em janeiro de 1919, a Liga resolve enviar uma mensagem ao Prefeito Paulo de Frontin solicitando a obrigatoriedade da instrução primária no Distrito Federal para os analfabetos residentes em torno das escolas dentro de um raio fixado de acordo com a capacidade do edifício escolar e das condições topográficas locais.⁸²

Ainda em 1919, os jornais publicam a situação alarmante que continuava a assolar o Distrito Federal. Segundo boletins oficiais dos inspetores escolares, publicados no expediente da prefeitura de 16 de agosto a 17 de setembro daquele

⁸⁰ Constituição da República Federativa do Brasil (1891). Disponível em < www.presidencia.gov.br> Acesso em 14 de maio 2008.

⁸¹ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 24/05/1918, p.4.

⁸² “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”. **A Noite**, 23/01/1919, p.4.

ano, a frequência escolar diminuía, engrossando a onda de analfabetismo.⁸³ Tendo em vista a situação acima denunciada, algumas sugestões seriam feitas, passando sempre pela necessidade da obrigatoriedade do ensino primário. Em novembro de 1919, o intendente Antônio Nogueira Penido apresentou ao Conselho Municipal do Rio de Janeiro um projeto de lei tornando obrigatório a partir de 7 de setembro de 1922 a frequência nas escolas primárias pelas crianças de 7 a 12 anos completos. O projeto previa ainda a divisão do curso da Escola Normal em duas partes: o curso geral e o curso especial para formação de professores.⁸⁴

Em setembro de 1920, Miguel Couto daria suas sugestões. Em idéias expostas no 91º Aniversário da Academia de Medicina, o analfabetismo seria mais uma vez apontado como um dos nossos problemas gravíssimos. Uma solução para este problema era a emissão de milhares de apólices cujos juros, garantidos por impostos especiais, deveriam ser distribuídos pelas câmaras dos municípios que aplicariam mais de um quinto de suas rendas em benefício da instrução. Segundo Miguel Couto, a questão da instrução era urgente e requeria grande atenção do governo:

A criança é o futuro cidadão e este, para ser útil, precisa ser sadio e forte, assim colocou-a sob sua proteção o governo ao organizar o Departamento de Saúde Pública; porém, chegada a 2ª infância, o espírito da criança precisa, para ser útil a si mesma e também à sociedade, de proteção ainda: é então o momento da escola [...] E quem nos diz que o presidente da república; cujo poder de decisão é tão forte que está efetuando o conagraçamento dos Estados, não conseguirá também a extinção do analfabetismo nas grandes cidades da União pela obrigatoriedade do ensino elementar?⁸⁵

É clara a referência que o autor faz à intervenção do governo na saúde pública, o mesmo, para Miguel Couto, deveria se fazer pela Educação, uma vez que as duas obras (da saúde e da instrução) deveriam se complementar na formação do nosso futuro cidadão.

⁸³ Em 1918, no mês de julho a frequência era de 50.528, em agosto de 51.177; já em 1919 a frequência no mês de julho era de 48.048 e em agosto 46.937. “Uma situação alarmante. Engrossa a onda do Analfabetismo”. **A Noite**, 12/10/1919, p. 1.

⁸⁴ “Obrigatoriedade da Instrução Primária e a Reforma do Ensino Normal”. **A Noite**, 06/11/1919, p.3.

⁸⁵ “As sugestões do patriotismo. Uma idéia luminosa do professor Miguel Couto. Combate ao analfabetismo”. **A Noite**, 04/07/1920, p.1.

Os apelos feitos pela Liga Contra o Analfabetismo às autoridades persistiam. O seguinte apelo foi enviado a todos os senadores, deputados e intendentes em julho de 1921:

Confiados no vosso patriotismo, vem os abaixo assinados reiterar o pedido do vosso valioso apoio em prol da extinção do analfabetismo em nossa pátria.

Dependendo de aprovação da corporação legislativa de que fazeis parte, existem vários projetos, cuja transformação em lei muito contribuirá para a solução definitiva desse grande problema nacional.

Para a aprovação desses projetos, com as modificações e acréscimos ditados por vossa experiência e pelo vosso saber, é que vimos solicitar o vosso concurso.

Nas vésperas do Centenário da Independência política o Brasil conta ainda 80% de ANALFABETOS E ISTO É UMA VERGONHA QUE NÃO PODE CONTINUAR.

Sois brasileiros, certamente amais o Brasil. Vinde pois em seu socorro. Ajudai a libertá-lo da grande mácula que entorpece o seu progresso.

Em nome desse grande e amado Brasil, pedimos o vosso apoio em favor do nosso grande Ideal que é também do dele.⁸⁶

Em 1921, os ecos de protesto pela intervenção do governo nas questões educacionais seriam em parte ouvidos. Reflexo disto foi a organização de uma Conferência Interestadual de Ensino Primário. A questão da difusão e da nacionalização do Ensino Primário no Brasil levou o Sr. Alfredo Pinto, então Ministro da Justiça, a criar esta conferência. Os temas a serem debatidos eram:

- 1) Difusão do Ensino Primário. Fórmula para a União auxiliar a difusão desse ensino. Obrigatoriedade relativa ao ensino primário, suas condições;
- 2) Escolas rurais e urbanas. Estágio nas escolas rurais e urbanas. Simplificação dos respectivos programas;
- 3) Organização e uniformização do ensino normal no país. Formação, deveres e garantias de um professorado primário nacional;
- 4) Criação do “Patrimônio do Ensino Primário Nacional” sob ação comum entre os municípios, estados e a União. Fontes de recursos financeiros;
- 5) Nacionalização do Ensino Primário. Escolas primárias nos municípios de origem estrangeira, sua fiscalização;
- 6) Criação de um Conselho de Educação Nacional, sua organização e fins.⁸⁷

⁸⁶ “A campanha Contra o Analfabetismo. Um apelo aos legisladores”. **A Noite**, 09/07/1921, p.6.

A conferência era composta pelo Presidente da República, como presidente de honra; pelo Ministro do Interior, como presidente efetivo; pelo consultor geral da República; pelos representantes dos Estados e Distrito Federal; pelos representantes da União que constituíam a comissão preparatória e pelos representantes das instituições convidadas pelo Ministro da Justiça.⁸⁸

A cerimônia de inauguração da Conferência realizou-se no salão da Biblioteca Nacional. Fez-se representar o Presidente da República pelo Capitão Marcolino Fagundes e assumiu a presidência da conferência Ferreira Chaves, Ministro da Justiça naquele período, que proferiu o discurso de abertura:

Srs. da Conferência: A conferência que tenho a honra de inaugurar é convidada a examinar uma das questões mais sérias de quantas entendem com o progresso da Nação. Não dissimulemos as dificuldades que envolvem a solução do ensino Primário no Brasil. [...]

Não é este, bem sabemos, um fator novo, mas ninguém lhe poderá contestar o caráter mais acentuado que lhe deu a emulação entre os povos, chamados todos eles depois da grande guerra a contribuírem para o provimento de necessidades recíprocas, destinadas a restabelecer o equilíbrio de cooperação material e moral interrompido pela eventualidade cruenta. A política do governo com tamanha sabedoria e previdência orientada para essa finalidade, proporcionando às classes laboriosas do interior elementos e condições que lhe permitam maior rendimento de trabalho será, entretanto, sensivelmente prejudicada, senão de todo improfícua, se não cuidarmos já e já de reduzir ao mínimo o número de analfabetos entrave aos benefícios desta iniciativa de construção e regeneração.

Quem quer que medite sobre as avultadas despesas da União destinadas ao saneamento rural, aos melhoramentos das terras semi-áridas do nordeste, ao fomento agrícola, extensivo às mais remotas regiões do país, não poderá em boa fé recusar o governo federal o direito de intervir e colaborar na difusão do ensino primário. da sua boa organização depende o proveito de tudo que se está fazendo e do muito que se terá ainda de fazer; e nada estará feito agora e nada se fará no futuro sem população com a precisa capacidade para um trabalho em que não é bastante por si só a função mecânica do braço.

⁸⁷ Ver “O Ensino Primário e a Conferência Interestadual. As teses que serão debatidas. O Sr. Presidente da República presidirá a inauguração do dia 12”. *A Noite*, 10/10/1921, p.2.

⁸⁸ Compareceram à Conferência representando a União: Carneiro Leão, Melo e Souza, Victor Vianna, Rodrigo Octavio, Gustavo Guimarães, Sérgio de Carvalho, João Luderitz, Professor Orestes Guimarães e Coronel Raimundo Pinto Seidl. Fizeram parte da Conferência como delegados de instituições particulares Laudelino Freire (da Liga de Defesa Nacional), Sampaio Dória (da Liga Nacionalista de São Paulo), Maria Nascimento Reis Santos (da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo), Américo de Moura (pela escola 7 de setembro de São Paulo), Ignácio do Amaral (pela Escola Primária) e Professor João Camargo (pela Liga Pedagógica do Ensino Secundário). Ver “**Liga Brasileira Contra o Analfabetismo**”, *op. Cit.* p.50.

Sem instrução primária generalizada e tanto quando possível uniforme, a política econômica do governo não atingirá o fim colimado [...] Não é de outro modo que teremos de garantir o pleno funcionamento do regime representativo na amplitude da multiplicidade de seus aspectos [...] Para ser eleitor é preciso saber ler e escrever, condição que as leis eleitorais na sua sucessão apuram cada vez mais por meio de prova que nem por serem legítimas deixam de concorrer para reduzir o eleitorado, e desta sorte, chegamos afinal a substituir a maioria efetiva de votantes em todo o país por um regime de minorias restrito aos privilégios dos centros urbanos, onde é muito superior o coeficiente da população letrada [...]

Certo, o ensino primário tem, em quase todos os estados, melhorado sensivelmente nos seus métodos e preparo dos professores, com evidente proveito para as respectivas populações. Acontece, porém, que na sua generalidade esse benefício atingiu de preferência às cidades e vilas mais habitadas [...] ficando uma grande parte dos desfavorecidos da fortuna sem instrução elementar [...] Esse desequilíbrio de benefícios, entre os brasileiros subordinados aos mesmos ônus e deveres estatuídos na Constituição e nas leis, reclama dos poderes competentes medidas que proscvem no intuito de tornar efetivo o princípio de igualdade [...]

Problema nacional, interessando nas suas fontes vitais a existência consciente da coletividade, de sua solução depende a solução de todos os outros problemas, até mesmo porque da condição de saber ler e escrever resultará o espírito de iniciativa tão precário entre nós e sem o qual nenhum povo logrou ainda emancipar-se da tutela do Estado, sempre morosa e nem sempre feliz [...] Quem quer que tenha procurado conhecer a capacidade e as aptidões da nossa gente, terá verificado qualidades nativas da inteligência e assimilação que se não temem de confronto com as de qualquer outro povo [...] No preparo que falta à massa popular no Brasil e não falta às populações operárias dos países que nos fornecem maior número de trabalhadores, se encontra a explicação aparente de uma superioridade que precisamos reivindicar [...]

Em nome do Sr. Presidente da República, declaro inaugurada a Conferência interestadual de Ensino Primário.⁸⁹

O discurso é longo, porém, representativo das questões postas como centrais acerca da educação primária durante as duas décadas iniciais da Primeira República. Dentre estas, a necessidade de se reconhecer que a educação era o grande problema nacional; a importância da intervenção urgente da União para a solução deste problema e a forma como o problema educacional liga-se à preparação das massas – com ênfase na formação das massas operárias. Algumas destas idéias muito se assemelham às propostas elaboradas pela ABE a partir de 1924, esta associação que passaria a associar a campanha educacional à uma campanha cívica teria como diretrizes de uma educação que deveria ser integral a

⁸⁹ “Cerimônia inaugural. A Conferência Interestadual do Ensino Primário. O Discurso do Sr. Ministro da Justiça”. *A Noite*, 12/10/1921, p.3.

educação, a saúde, a moral e a organização racional do trabalho . Todos estes temas já estão presentes no debate educacional dos anos 1910, conforme demonstra o discurso acima, assim como os novos métodos pedagógicos e a necessidade da montagem de um sistema de educação nacional.

Diante do número insuficiente de escolas em relação ao crescimento populacional, reconhecia-se que era fundamental a cooperação entre governo federal e governos estaduais para dar ao ensino primário os elementos indispensáveis ao seu desenvolvimento, que corresponderia ao desenvolvimento do povo brasileiro, sobretudo da “massa popular”. Inserida em tais preocupações e mobilizada neste sentido estava a campanha da LBCA.

A LBCA participou da Conferência, sendo representado por seu Secretário Geral Raimundo Pinto Seidl. Encarregado de indicar os recursos financeiros indispensáveis à intensificação da Instrução Popular, o Secretário Geral da Liga propôs a criação de um fundo escolar especial, destinado exclusivamente a este objetivo e a criação de alguns impostos novos sob o nome de “Tesouro Brasileiro de Instrução Popular”. A idéia não era nova, uma vez que em setembro de 1882 Rui Barbosa propôs na Câmara dos Deputados a criação de um fundo escolar a propósito de uma reforma da Instrução pública.⁹⁰

Segundo Seidl, na regulamentação deste fundo, haveria necessariamente um dispositivo taxativo de que os recursos para o Fundo de Instrução Popular fossem empregados exclusivamente na criação e manutenção de jardins de infância, escolas elementares, primárias, profissionais e normais do Conselho Federal de Instrução Pública, em auxílio das Caixas Beneficentes escolares, com o suprimento de roupas e calçados às crianças reconhecidamente pobres que necessitam de tal socorro, na manutenção de um professorado ambulante destinado a ministrar não só a instrução preliminar em todos os meios de população esparsos em nosso vasto território, como também a instrução profissional adequada às condições de cada região e também na dotação de professores primários ao corpo das tropas federais e

⁹⁰ De acordo com Ana Maria Freire, o parecer mencionado foi apresentado em 12 de setembro de 1882, porém jamais foi discutido pela Câmara. Rui Barbosa escreveu os pareceres na condição de relator da Comissão de Instrução da Câmara, contando com a cooperação dos deputados Thomaz de Bonfim Spindola e Ulysses Machado Pereira Vianna. O capítulo XVI foi dedicado ao “Fundo Escolar” que tinha como idéia fundamental uma instrução para todos que deveria ser custeada por todos. Este fundo ou taxa escolar adviria dos impostos pagos por toda a população (dotação territorial; dotação tributária e dotação eventual). Ver Ana Maria Araújo Freire. **Analfabetismo no Brasil, op. Cit.** pp. 112-153.

estaduais em que houver analfabetos por efeito de incorporações resultantes do sorteio militar.⁹¹

Os debates na conferência devem ter sido acalorados, uma vez que um delegado do Rio Grande do Sul faz voto em separado sobre algumas resoluções, afirmando que “lava suas mãos”. O Sr. Carlos Penafiel declarava que considerava *“uma verdadeira usurpação das prerrogativas conferidas aos Estados pela Constituição Federal grande parte das conclusões sobre o Ensino Primário, votadas, como alvitres a sugerir ao Congresso Nacional, por esta Conferência”*⁹². O delegado do estado do Rio Grande do Sul destacava ainda que pela Constituição o poder civil não tinha competência para declarar o ensino obrigatório, conforme propôs as conclusões da Conferência, uma vez que semelhante medida atacava a autoridade paterna e destituía a liberdade espiritual. Penafiel destacava ainda a dificultosa disponibilidade de recursos orçamentários dos municípios, estados e da União, de modo que *“talvez o combate ao mal que a presente conferência visa vencer, seja agravado com a interferência e assistência de auxílios por parte do governo federal”*. Por fim, o delegado afirma lavar as mãos.⁹³

Ao término dos trabalhos, a I Conferência Interestadual do Ensino Primário chegaria às seguintes conclusões:

- 1) A União em sua missão patrioticamente Constitucional de animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências, tem competência para colaborar com os Estados e o Distrito Federal, na difusão do Ensino Primário e no combate ao Analfabetismo.
- 2) A fórmula preferível para que se efetive essa colaboração é a do acordo entre a União, os Estados e o Distrito Federal mediante as seguintes bases:
 - a) A União concederá aos Estados, aos municípios, a Iniciativa Particular, subvenção e outros favores compatíveis com sua nação constitucional e criará Escolas Federais onde verificar necessidade dessa instituição.
 - b) Os Estados manterão providas todas as escolas atualmente existentes, e as criadas até a data do acordo, e se comprometerão a elevar gradualmente as suas despesas com a Instrução Primária, até pelo menos 10% de sua receita, assim como, reservar para o Fundo Escolar 2% dos seus saldos orçamentais.

⁹¹ **Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, op. Cit.**, 1941, p.44.

⁹² “Conferência sobre o Ensino Primário. O delegado do Rio Grande do Sul lava as mãos”. **A Noite**, 16/11/1921, p.3.

⁹³ **Ibid.**

- c) As subvenções da União aplicar-se-ão exclusivamente às escolas isoladas ou agrupadas que criarem posteriormente ao acordo e em virtude dele.
- d) A União terá função de coordenar os esforços no Combate ao analfabetismo e de sistematizar a Educação Nacional, pelo que intervirá, pelos órgãos competentes, na elaboração dos programas e aplicação dos métodos de ensino das Escolas subvencionadas e criadas, tendentes a formar a mentalidade do Povo Brasileiro.
- e) A União exercerá a inspeção nas escolas subvencionadas sem excluir as dos Estados e do Distrito Federal.
- 3) A Conferência Interestadual do Ensino Primário reconhece a competência do Congresso Nacional para conjuntamente com os Estados decretar a OBRIGATORIEDADE DO ENSINO PRIMÁRIO.
 - 4) A atual situação do país não comporta a decretação desta medida com caráter absoluto.
 - 5) Tornar-se-á efetiva a obrigatoriedade sempre nas escolas em raio de 2 km, haja vagas a preencher.
 - 6) Os particulares ou empresas que possuem estabelecimentos fabris ou industriais que empreguem menores em seus serviços e os particulares que os empreguem em serviços domésticos, ficarão na obrigação de lhes administrar o ensino das primeiras letras.
 - 7) Serão punidos pelo modo que a Lei determinar os que infligirem o disposto na conclusão anterior.⁹⁴

Vale lembrar que desde o Império, o sistema de instrução pública foi caracterizado pela descentralização administrativa e que a Constituição republicana de 1891 manteria este perfil descentralizado do ensino. Conforme temos observado neste tópico, o tema da obrigatoriedade ganhou destaque nos debates acerca do ensino, ficando, na maioria das vezes, sob responsabilidade dos estados e municípios e rendendo discussões que passavam pelo princípio de autonomia sobre as questões educacionais e pelas noções de liberdade individual. Apesar dos intensos debates acerca do tema da obrigatoriedade do ensino primário esta só seria incorporada pela Constituição de 1934.

3.2.4 Às vésperas do Centenário.

Às vésperas do Centenário da independência, o destaque para a educação e os esforços no combate ao analfabetismo prosseguiram. Entretanto, faltando cerca de oito meses para a grande data, as notícias veiculadas eram ainda sobre as péssimas condições da instrução primária no Brasil. Ao convocar a Conferência

⁹⁴ “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”, op. Cit. p. 61-63

Interestadual de Ensino, o Ministro da Justiça encarregou Mello e Souza e Orestes Guimarães da elaboração de uma estatística minuciosa sobre as condições do ensino primário no Brasil. A estatística demonstra que em vários estados da República mais de 90% das crianças em idade escolar cresciam privadas de ensino.

Porcentagem de crianças analfabetas em idade escolar – 1922

Estados	Porcentagem de crianças analfabetas em idade escolar
Goiás	95%
Piauí	95%
Alagoas	94%
Maranhão	92%
Amazonas	91%
Pará	Mais de 70%
Ceará	Mais de 70%
Rio Grande do Norte	Mais de 70%
Sergipe	Mais de 70%
Bahia	Mais de 70%
Rio de Janeiro	Mais de 70%
Distrito Federal	Cerca de 41%
Santa Catarina	Cerca de 41%
Rio Grande do Sul	Cerca de 41%
São Paulo	Cerca de 41%
Minas Gerais	Cerca de 41%

Estatística extraída do relatório organizado por Orestes Guimarães e Mello e Souza por designação da Conferência Interestadual do Ensino Primário. Fonte: A Noite, 07/01/1922.

As despesas com a Instrução Primária em cada estado também foram quantificadas na referida estatística sobre a instrução popular:

Porcentagem das despesas estaduais com a Instrução Primária - 1922

Estados	Porcentagem de despesas com a Instrução Primária em ordem decrescente
Santa Catarina	20%
Distrito Federal	17%
Ceará	17%
São Paulo	16%
Minas Gerais	15%
Rio Grande do Sul	12%

Mato Grosso	12%
Rio de Janeiro	11%
Paraná	11%
Paraíba	11%
Amazonas	10%
Pará	10%
Piauí	10%
Rio Grande do Norte	10%
Espírito Santo	10%
Sergipe	9%
Alagoas	8%
Maranhão	8%
Goiás	7%
Bahia	5%
Pernambuco	3%

Fonte: A Noite, 07/01/1922.

O que podemos observar diante da estatística apresentada é a disparidade das despesas com o Ensino Primário nos estados brasileiros, demonstrando, sobretudo, a falta de uma orientação nacional acerca da instrução popular. Diante dos dados alarmantes, novos apelos foram publicados nos jornais; chama-nos a atenção a mensagem enviada pelo engenheiro civil Frederico A. Liberaldi. É interessante notar o apelo que um leitor do jornal faz aos jovens brasileiros, chamando-os a participar de forma ativa e solicitando seu auxílio durante as férias para combater o analfabetismo nos mais diversos cantos do Brasil. É relevante, no contexto em questão, identificarmos uma chamada aos estudantes para participar da luta pela alfabetização, uma vez que as grandes mobilizações estudantis marcariam décadas posteriores.

Aos estudantes do Brasil!

Aproximam-se as vossas férias, o descanso benéfico para refazer forças intelectuais no doce contato da família, por esses Brasis além.

Venho pedir-vos o concurso de vossa pujante propaganda em benefício dos analfabetos. O combate extra-muros das cidades, nas fazendas, nos sítios, nos caminhos que percorreres, onde se concentra a maior porcentagem de 85% dos avaliados analfabetos. Esse combate é o mais glorioso para os brasileiros e o mais certo de vencer, sem ódios, sem recriminação e tão vultuoso como foram a abolição da escravatura e a proclamação da República que, para ser verdadeiramente República, falta-lhe desditosamente a instrução que ensina e educa [...]

O combate é possível e a vitória é certa em poucos anos, se a mocidade, se os estudantes, quiserem fazer intensa propaganda por todos os meios

imagináveis em que forem os maiores fatores o riso, a alegria e a bondade. Minha voz nada vale; mas milhares de vozes, fazem eco pelas cançadas e encostas por onde repercute [...] Começamos por entre as povoações e estabelecimentos rurais, riscando letras e números, mesmo sobre a areia do chão, como Pitágoras fazia, multiplicando, com a sua taboada [...] Sois vós, meus jovens colegas, os mais competentes propagandistas para esta missão. Jesus Cristo foi professor ambulante do Cristianismo nas suas predicas; imitemo-lo com o mesmo ardor e caridade e venceremos.⁹⁵

Algumas críticas foram endereçadas às escolas que não estavam cumprindo seu papel e aos governantes que faziam pouco caso do ensino . Uma denúncia é feita em relação à escola Bárbara Ottoni onde não estavam ocorrendo aulas em razão da preparação para inauguração daquela escola. O autor da notícia expõe o seguinte:

Bem sabemos que é mais agradável aos prefeitos, diretores da instrução e inspetores escolares a impressão decorativa dos dias de festança; muito mais agradável do que o dever de verificar cuidadosamente se há ensino real [...] Mas nós nos lembramos de que nas escolas há crianças que lá vão para aprender e que é esse o fim principal das escolas, sem prejuízo de festas justificadíssimas como a de anteontem na escola Bárbara Ottoni. O que não se justifica é que as festas sirvam de pretexto para que se subtraia um só minuto ao ensino.⁹⁶

A escola estava a mais de um mês sem aulas e as reclamações foram feitas baseadas nas reivindicações de um aluno de 10 anos que pertencia àquela escola.

Em sessão da diretoria da LBCA publicada em abril de 1922, a demonstração que temos é de que os trabalhos daquela associação continuavam, com prestação de auxílios às escolas e apoio a outros movimentos. Nesta sessão, a Liga recebeu a visita da professora Luiza Álvares da Silva que foi agradecer o fato de haver a Liga mandado fazer a instalação elétrica no edifício em que funcionava a 16ª escola mista do 1º Distrito escolar, a fim de poder ser aberto o curso noturno gratuito em que a professora estava lecionando a 73 analfabetos, em sua maioria operários e empregados domésticos. O Secretário Geral, Raimundo Seidl, transmitiu à Liga agradecimentos recebidos do Capitão Corbiniano Cardoso do 2º regimento de infantaria, por ter a LBCA oferecido à escola para analfabetos existentes na companhia de seu comando grande parte do material escolar

⁹⁵ “Vinde a mim os analfabetos. Um patriótico apelo aos estudantes em férias”. **A Noite**, 09/01/1922, p.6

⁹⁶ “Oh! A luta Contra o analfabetismo! Escolas que dão o “exemplo””. **A Noite**, 03/04/1922, p.4.

necessário ao ensino.⁹⁷ Constatou no expediente da sessão de 25 de abril um ofício da professora Eulina Nazareth, 1ª Secretária da Caixa Escolar “Álvaro Batista”, agradecendo uma doação feita a essa Caixa Escolar.

As professoras e professores do município do Rio de Janeiro decidiram, em julho de 1922, proporcionar aulas extraordinárias a todos os que quisessem aprender a ler e escrever. Havia, inclusive, cursos que funcionavam aos domingos e feriados. Além disto, os educadores fizeram uma solicitação ao Sr. Prefeito em prol da extinção do analfabetismo:

Os cursos noturnos destinados a acabar com o analfabetismo funcionam em bons prédios e têm professoras devotadas, mas não produzem os resultados esperados simplesmente por causa do horário [...] Os empregados do comércio como também os criados domésticos não podem antes das oito horas da noite comparecer a estes cursos [...] Os referidos cursos se tornariam mais úteis funcionando das 8 às 10 horas da noite.⁹⁸

Em agosto de 1922, uma mensagem do Presidente do estado do Rio de Janeiro, Raul Veiga, dá-nos um indicativo do que vinha sendo feito naquele estado tendo em vista a comemoração do centenário. O Sr. Raul Veiga afirmou em mensagem à Assembléia Estadual que:

[...] foi feita a criação da Diretoria Geral de Instrução Pública; construídos grupos escolares, escolas isoladas de acordo também com o programa comemorativo do centenário de nossa independência. As principais cidades do estado (Niterói, Petrópolis, Macaé, Valença, S. João da Barra, Cabo Frio, S. Francisco de Paula e Itaperuna) possuem edifícios modelares, onde funcionam escolas modernas.

Em Campos e Niterói existem 2 escolas profissionais instaladas de acordo com os requisitos mais modernos ditados pela higiene. Visando distribuir a instrução ao povo, criou-se um eficiente aparelho central, harmonizado por uma administração unificada na direção do ensino público [...]⁹⁹

A Mensagem destacava ainda que a frequência escolar primária havia aumentado em relação a 1919 (29.211), passando a 36.880 em 1922. O número de escolas primárias era de 476, havia 51 grupos escolares e mais 4 que seriam instalados durante aquele ano.

⁹⁷ “Tudo, tudo pela desanalfabetização”. *A Noite*, 25/04/1922, p.5.

⁹⁸ “Em prol da extinção do analfabetismo no Brasil. Um apelo ao Sr. Prefeito que merece ser atendido”. *A Noite*, 12/07/1922, p.4.

⁹⁹ “A Mensagem do Sr. Presidente do Estado do Rio”. *A Noite*, 03/08/1922, p.6.

Estes empreendimentos não se resumiriam ao estado do Rio de Janeiro, o movimento em favor do combate ao analfabetismo e de melhorias na instrução primária tomou o Brasil; e não foram poucos os estados que fundaram suas Ligas contra o analfabetismo. A análise das Ligas pelo Brasil é um tema extremamente interessante, sendo explorado em nosso próximo capítulo.

Não poderíamos encerrar este capítulo sem observar como foi publicada a comemoração do dia 7 de setembro de 1922 no periódico que nos serviu de base para percorrer a trajetória da LBCA. No dia do centenário, “A Noite” publicou uma edição especial que abordava alguns assuntos que foram analisados historicamente pelo jornal; as manchetes eram as seguintes: “Um século de medicina brasileira. Atingimos um grau de cultura que não foi sobrepujado por nenhuma nação latino-americana”; “O principal e imediato fator da independência. Uma comemoração essencialmente dos homens de imprensa. O jornalismo de 1822 e um pouco da sua história no século que passa hoje”; “A música suaviza os costumes”; “O direito no 1º centenário da nossa emancipação política. As etapas da evolução constitucional e o princípio da descentralização”; “Um século de atividade militar (ligeiras notas)”; “Foi o começo nas paredes da cidade... O lápis, de 1822 a 1922” e “O comércio nacional. Desde o tempo em que o valor da nossa importação e exportação apenas regulava a ser de 22.600 contos de réis”.

A medicina, a imprensa, o comércio, o exército, a música ... E a educação? O tema da educação simplesmente não aparece na edição especial em comemoração ao Centenário da Independência brasileira. Talvez para não tirar o brilho da festa. Afinal, a mobilização pelo combate ao analfabetismo foi considerável e intensa, conforme tentamos demonstrar ao longo de nosso texto. Mas muito ainda tinha que ser feito para melhorar a educação no país uma vez que não havia uma organização efetiva em âmbito nacional para tratar das questões educacionais. Em todo o Brasil os investimentos neste setor eram díspares e apesar das questões levantadas pela I Conferência Interestadual do Ensino Primário, a obrigatoriedade não foi decretada e o país continuava com números alarmantes de analfabetos.

Finalizamos esta trajetória da LBCA retornando à citação retirado de “O Paiz” que inicia este capítulo: “*O Brasil realiza a anomalia surpreendente de ser um país novo povoado de ruínas. É que nos faltam, por completo, qualidades de*

perseverança, espírito de continuidade. Daí a desorganização em que vivemos. Iniciamos, com ímpeto e uma grande energia aparente, empreendimentos, que são, logo depois, inexplicavelmente abandonados (...)” Embora a LBCA não tenha conseguido atingir seu propósito maior – comemorar o Centenário da Independência diante de um povo livre do analfabetismo – sua atuação foi extremamente relevante ao engajar a sociedade brasileira na fundação de cursos noturnos, escolas primárias ou através dos múltiplos auxílios que visavam o combate ao analfabetismo; além disto, suas ações e idéias compartilhadas com outras instituições e com a população brasileira trouxeram à tona questões fundamentais que seriam retomadas posteriormente, como a necessária centralização das ações educacionais e a intervenção do governo federal no que se definia como o grande problema da nação.

A análise da atuação da LBCA não se encerra com este capítulo, nem mesmo com esta pesquisa, novas diretorias foram eleitas e novas cruzadas devem ter sido realizadas visando acabar com o analfabetismo no Brasil. Voltaremos a isto mais adiante.